

CADERNOS

ABONG

25

Orgão da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Junho de 1998



Attr: Neiva Dias

Mercosul: integração regional e cidadania

ALOP / ABONG / MLAL

ABONG

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Fundada em agosto de 1991, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) objetiva representar e promover o intercâmbio entre as ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Neste sentido, a ABONG busca servir de veículo de expressão, em níveis nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs frente à problemática do desenvolvimento da sociedade brasileira.

A ABONG reúne atualmente mais de 250 associadas e está organizada em 8 regionais.

Regionais da ABONG

Sul

Suzana Elisa Friedrich

PROAME

Rua São Pedro, 968 - Centro

93010-260 - São Leopoldo, RS

Tel.: (051) 592-4553/Fax: (051) 592-1689

São Paulo

Vilma Aparecida Barban

RECONSTRUÇÃO

R. Bráulio Gomes, 107 - 5º andar - s/52 - Centro

01047-020 - São Paulo, SP

Tel./Fax: (011) 257-3502

Sudeste: RJ-MG-ES

Agostinho Guerreiro

IDACO

R. Visconde de Inhaúma, 134 - s/ 529 - Centro

20091-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel./Fax: (021) 233-4535/233-7727

e.mail: idaco@ax.apc.org.br

Centro Oeste

Ivo Schroeder

OPAN

Av. Ipiranga, 97

78020-550 - Cuiabá, MT

Caixa Postal 615 - CEP 78005-970

Tel.: (065) 322-2980/Fax: (065) 322-4161

Nordeste 1: PE-AL-PB

Neide Maria da Silva

ETAPAS

R. Arquimedes de Oliveira - Santo Amaro

50050-510 - Recife, PE

Tel.: (081) 231-0745/Fax: (081) 221-0689

Nordeste 2: BA-SE

Goya Lamartine da Costa e Silva

AATR-BA

Ladeira dos Barris, 145

40070-050 - Salvador, BA

Tel.: (071) 321-7184/Fax: (071) 321-9902

Nordeste 3: CE-PI-RN

Soraya Vanini Tupinambá

INSTITUTO TERRAMAR

R. Aracati, 129 - Benfca

60020-240 - Fortaleza, CE

Tel.: (085) 226-2476/ Fax: 226-4154

e.mail: terramar@fortalnet.com.br

Norte

Thaddeus Jude Scanlon (Ted)

CEPEPO

Trav. 25 de Junho, 215 A - Guama

66075-510 - Belém, PA

Tel.: (091) 249-2720/Fax: (091) 249-2246

e.mail: cepepo@ax.apc.org.br

ALOP

Asociación Latinoamericana de

Organizaciones de Promoción

Bo. Gonzáles Lahmann. 100 mts. este, 50

mts. sur y 25 mts. este de Matute Gómez.

Tel: (00 506) 223245

Fax: (00 506) 215114

Apartado 265-1350 San Sebastián

San José - Costa Rica

MLAL

Movimento Laici América Latina

Coordenação MLAL Brasil

Caixa Postal 6043, Encruzilhada, Recife - PE

CEP: 52021-180

Fone/Fax: (081) 241-3549

Email: mlal@ax.apc.org

Cadernos ABONG são publicações da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

*Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo. CEP: 04530-001
Tel (011) 829-9102, Telefax (011) 822-6604, E.mail abong@uol.com.br*

Diretoria Executiva da ABONG:

Silvio Caccia Bava (presidente), Jorge Eduardo Saavedra Durão (secretário), Nalu Faria Silva (tesoureira), Vandevaldo Nogueira, Conceição Paludo, Átila Roque, Paulo Pires de Campos, Aldalice M. da Cruz Otterloo.

Equipe dos Cadernos

Rosângela Paz (ass. diretoria), Mariângela Graciano (jornalista), Iune Taga Tamoto (secretária), Neusa Dias (diagramação/ editoração).

Tiragem: 2.000 exemplares

Apresentação

O presente documento é o resultado da primeira fase do projeto **Unirsci – Unión de la Integración Regional y la Sociedad Civil**, promovido pela Alop – Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción. Seu objetivo geral é o de promover a participação da sociedade civil nos processos de integração regional em curso na América Latina.

A ALOP, criada em 1979, é uma articulação de 43 ONGs de desenvolvimento, sediadas em 23 países da América Latina e Caribe, e constitui-se em um dos esforços mais duradouros de integração regional. As associadas brasileiras são a Fase, o Centro Josué de Castro e o Instituto Pólis. No Comitê Executivo da Alop, a Fase responde, na pessoa de Lorenzo Zanetti, pela Secretaria da Sub-região Cone Sul e Brasil.

Os processos de integração regional tomaram grande impulso na América Latina nos últimos anos. Após um longo período de lentos avanços e de algumas tentativas fracassadas, a proposta integracionista readquiriu novas forças no continente: implementação do Mercosul; reativação da Comunidade Andina e conformação do Sistema de Integração Centro-Americano.

Paralelamente, os Estados Unidos lançaram sua proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas, ao mesmo tempo em que, juntamente com o México e com o Canadá, criaram o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Sem deixarmos de considerar o potencial de aspectos positivos destes processos, devemos levar em conta dois elementos preocupantes. Por uma lado, as negociações se concentraram quase exclusivamente nos aspectos econômicos e comerciais, deixando de lado outros aspectos: sociais, culturais, regionais e outros.

Assim, as negociações vêm se realizando com escassa participação dos atores sociais, o que se traduziu em um grande desconhecimento das características por parte dos mesmos.

O Projeto Unirsci pretende contribuir para superação

destes problemas, através do estímulo à construção de um modelo de integração mais participativo, que assuma mais claramente a importância dos aspectos sociais e reconheça explicitamente o papel da sociedade civil no processo de integração.

O projeto, que conta com o apoio da União Européia e do Centro Nacional para a Cooperação ao Desenvolvimento (NCOS) da Bélgica, tem como objetivos específicos:

- ◆ Capacitar integrantes das ONGs e das organizações sociais quanto aos elementos essenciais dos processos de integração;
- ◆ Gerar e difundir informações sobre os processos de integração ao nível dos atores sociais;
- ◆ Apoiar a formulação de propostas no sentido de incrementar a coesão social e apresentá-las aos órgãos nacionais e regionais correspondentes.

Além deste texto, foram produzidos, nesta mesma fase do projeto, nos demais países que compõem o Mercosul, além do Chile, os seguintes documentos, que se encontram à disposição dos interessados:

- ◆ Argentina: *Los Pequeños productores de Argentina y el Mercosur. Situación general y problemática específica de tres sectores sensibles*. Ing. Carlos Carballo, Instituto de Desarrollo Social y Promoción Humana – Indes.
- ◆ Brasil: *Integração Regional e Cidadania*. Chile: *Proceso de Integración entre Chile y el Mercosur: perspectiva de las organizaciones sociales*. Alvaro Molina Bustos, Sur-Gia.
- ◆ Paraguay: *Participación de los sectores privados de la sociedad civil organizada en el Foro Consultivo Económico y Social*. Jorge Lara, Base-Ecta.
- ◆ Uruguay: *Participación de la sociedad civil en los procesos de integración: un marco de referencia*. Wilson Fernández Luzuriaga, Centro Latinoamericano de Economía Humana – Claeh.

Índice

I	- A integração regional no Cone Sul.....	7
II	- Mercosul: presente e futuro.....	19
III	- Mercosul, Alca, presente e futuro do Brasil	
	<i>Atila Roque.....</i>	31
IV	- A ação da CUT frente ao Mercosul.....	35

“A integração das Américas é extremamente importante, mas é essencial que essa integração não se dê só no campo comercial. É fundamental que haja participação da sociedade civil. Porque as coisas são decididas nas alturas e nós, da planície, ficamos planando.”

Betinho

Mercosul: integração regional e cidadania

SERGIO SCHLESINGER

Assessor técnico permanente do Projeto *Brasil Sustentável e Democrático*.

Mercosul: integração regional e cidadania

SERGIO SCHLESINGER

I - A integração regional no Cone Sul

"Chegam esta semana ao Brasil quatro navios com 2.000 toneladas cada um de alho chinês. Duas embarcações vão para o Porto de Santos e duas para o do Rio de Janeiro. Prometem inundar o mercado brasileiro. Para quem não sabe, a importação de alho fez o preço desabar por aqui. Sorte dos consumidores. Há dez anos, o preço era de US\$ 15 por quilo, hoje já está na faixa de US\$ 4 no varejo."

Jornal do Brasil, p. 5, Informe Econômico, 1/9/97.

À primeira vista, a notícia traz uma boa nova para o conjunto da população brasileira, exceto para os produtores nacionais de alho e seus inúmeros intermediários. Mas algumas perguntas que podemos nos fazer diante de notícia aparentemente tão alvissareira podem nos conduzir de volta a uma série de preocupações cotidianas:

- Por que razões o alho chinês, após percorrer milhares de quilômetros, chega ao Brasil a um preço significativamente mais baixo?

- Qual a proporção do preço pago pelo consumidor efetivamente recebida pelo pequeno produtor, brasileiro ou argentino?

- Podem ser tomadas medidas que reduzam o preço ao consumidor do alho produzido no Brasil ou em outro país do Mercosul?

- Foi tomada alguma medida em relação às alternativas de trabalho e renda para os produtores brasileiros de alho, que não terão mais como colocar seu produto no mercado? Eles foram informados a tempo sobre o fato?

Se a importação do alho se tornar um fato permanente, desestimulando por conseguinte a produção nacional, podemos nos fazer muitas outras perguntas. A principal seria: por quanto tempo o mercado internacional seguirá nos oferecendo o produto a este preço?

Quando estendemos a questão ao conjunto de bens e serviços produzidos e consumidos no Brasil, surgem novas interrogações:

- Quais os impactos deste processo sobre o mercado de trabalho e o nível de renda da população?

- Que medidas estarão sendo tomadas para que o País disponha das divisas necessárias para fazer frente a este aumento das importações? Ele é sustentável a longo prazo?

- Caso estas medidas estejam sendo tomadas, elas são compatíveis com a melhoria efetiva da qualidade de vida de nossa população?

- Será que a importação deste alho não acabará nos custando muito caro?

Este é apenas um pequeno exercício, que nos mostra o quanto pode ser perigosa a leitura ao pé da letra das notícias que os meios de comunicação apresentam àqueles poucos brasileiros que têm o privilégio do acesso à informação. Combate à inflação, balança de pagamentos, globalização, MERCOSUL, ALCA. Diariamente somos bombardeados por

uma série de fatos e termos cujo significado é muitas vezes vago, quando não enganoso.

Da forma com que são apresentados, não nos permitem enxergar a interligação entre eles. Podemos apenas atribuir a este conjunto de fenômenos e medidas alguns de seus efeitos, estes sim claramente sentidos não só pela população brasileira. O aumento do desemprego, a crescente desigualdade da distribuição da riqueza, da renda e o aumento contínuo da exclusão social, marcas destes tempos em que o livre mercado nos é apresentado como um dogma inquestionável.

Assim, neste Caderno ABONG

procuramos analisar os processos de integração regional no contexto geral em que se dá sua implementação, buscando visualizá-los como um dos instrumentos através dos quais são postas em prática as diversas medidas econômicas que vêm sendo adotadas, que têm como objetivo principal o de promover, paralelamente ao fortalecimento de mercados regionais, uma abertura crescente dos mercados nacionais ao comércio internacional.

Ao mesmo tempo, confrontamos os efeitos atuais e esperados destes processos com o verdadeiro objetivo de melhorar a qualidade de vida do conjunto da população brasileira, ao

qual, a nosso ver, devem estar subordinados quaisquer instrumentos de política econômica adotados.

E para isto é necessária a participação crescente e efetiva da sociedade civil nos processos de decisão envolvidos. Ênfase especial é dada ao Mercosul, descrevendo seus incipientes mecanismos de participação, sobretudo a partir da experiência da CUT no Fórum Consultivo Econômico-Social. Atenção especial é dada também ao processo de criação da Alca, ao qual os Estados Unidos vêm tentando imprimir um ritmo acelerado, encontrando resistências a este ritmo por parte dos países integrantes do Mercosul, sobretudo o Brasil.

Mercosul – Um pequeno histórico

Algumas tentativas de integração de países da América Latina precederam a constituição do Mercosul - Mercado Comum do Sul. Ainda na década de 60, foi criada a Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio. No aspecto econômico, é importante assinalar que este processo visava uma industrialização substitutiva – o chamado processo de substituição de importações – e um crescimento econômico nos níveis essencialmente nacional e regional, ao contrário dos processos de integração hoje em desenvolvimento, que possuem características bastante distintas, como descrevemos mais adiante. No plano político, é importante assinalar que grande parte dos países da região vivia sob ditaduras militares, e que as rivalidades eram grandes, inclusive entre as duas maiores economias sul-americanas, a da Argentina e a do Brasil.

Neste quadro, a Alalc, desde sua for-

mação, dava sinais de que dificilmente se consolidaria, fato que estimulou a formalização de diversos acordos bilaterais. Em 1975, foi firmado o Cauce (Convênio Argentina-Uruguai de Cooperação Econômica) e, em 1976, Brasil e Uruguai assinaram o PEC (Protocolo de Expansão Comercial). No caso de Brasil e Argentina, devido ao protecionismo e à rivalidade - que sempre marcaram as relações entre os dois países -, não houve, até 1985, um acordo que regulasse as relações bilaterais.

Em 1980, com o Tratado de Montevideo, foi criada, em substituição à Alalc, a Aladi – Associação Latino-Americana de Integração. Composta hoje pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, a Aladi definiu novos processos para incentivar o comércio intra-regional, com destaque para a Preferência Alfandegária Regional

(PAR), em vigor desde 1984. A PAR estabelece tarifas de importação mais baixas, de modo a estimular o comércio entre os países que compõem este bloco.

As diferenças entre os países-membros continuavam e os riscos à nova associação persistiam. A PAR foi aplicada em conjunto com uma lista de exceções, da qual faziam parte alguns produtos de países menos desenvolvidos, contribuindo para limitar o êxito desse instrumento. A PAR acabou representando apenas 20% do comércio da região.

Como não houvesse acordo bilateral entre Brasil e Argentina, era através da Aladi que se dava o intercâmbio entre os dois países. No próprio âmbito da Aladi, diversos acordos complementares entre pares ou grupos de países foram celebrados posteriormente – os chamados Acordos Setoriais.

Atualmente, estes acordos setoriais

tendem a desaparecer, pois vêm sendo substituídos por acordos de complementação econômica, que contêm

programas específicos de eliminação gradual e total das tarifas comerciais. Foi desta forma que o Chile e a

Bolívia colocaram em prática sua associação com o Mercosul: são os chamados acordos 4+1.

O processo de formação: etapas e cenário

O Mercosul tem origem na aproximação promovida entre os governos da Argentina e do Brasil, em meados da década de 80. A Declaração de Iguazu, 1985, dava sinais de que a rivalidade entre os dois países começava a diminuir. Em julho de 1986, estes países assinaram o Programa de Integração Econômica Brasil/Argentina, negociando acordos específicos para cada segmento industrial. Este acordo era bem amplo, incluindo política, economia, cultura, tecnologia e pela primeira vez mencionou-se a criação de uma moeda comum.

Somente em 1990, os governos da Argentina e do Brasil tomaram a iniciativa de convidar os governos do Uruguai, Paraguai e Chile a ingressarem neste projeto. Este último optou por não ingressar, ao menos naquele momento, no bloco então em formação. No ano anterior, Estados Unidos, México e Canadá iniciaram as negociações que deram origem ao Tratado de Livre Comércio da América – o Nafta, que viria a exercer fortes expectativas sobre alguns países do Cone Sul, sobretudo o Chile.

O Tratado de Assunção, que formaliza a constituição

do Mercosul, foi assinado em março de 1991 pelos presidentes destes quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Estabelecia um cronograma de liberalização comercial entre os países-membros, prevendo uma redução progressiva das tarifas e de outras restrições, até sua eliminação total, que daria origem a uma zona de livre comércio a partir de 1º de janeiro de 1995. Previa também a adoção de uma tarifa externa comum (TEC) - aquela a ser aplicada aos bens e serviços originários de outros países, bem como a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais e a harmonização das legislações dos Estados-membros.

O Tratado de Assunção menciona também como objetivos os de acelerar os processos de estabilização econômica “com justiça social”; apro-

veitar de forma mais eficaz os recursos disponíveis; incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico; preservar o meio ambiente; e buscar da melhor forma a inserção do Mercosul no mercado internacional.

É importante assinalar que, ao contrário das experiências de integração regional ensaiadas na região, o Mercosul foi concebido dentro do princípio da integração regional “aberta”, não se limitando apenas a incrementar o comércio entre os países que o integram. Desde seu início teve, dentre seus objetivos centrais, o estabelecimento de relações estreitas com os grandes blocos econômicos.

A iniciativa de formação do Mercosul se dá, como assinala Reinaldo Gonçalves¹, em uma década caracterizada pela revitalização dos acordos e mecanismos de

integração econômica, nos níveis regionais ou sub-regionais.

“Isto ocorreu tanto nas regiões mais desenvolvidas (p. ex., Acordo Estados Unidos-Canadá, de 1989; Ato Único da Comunidade Econômica Européia, de 1987), como nas regiões em desenvolvimento (particularmente na América



¹ GONÇALVES, Reinaldo. *Ô Abre-Alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

Latina, com o Mercosul, 1991; Área de Livre Comércio da Ásia, 1991), e entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

A dificuldade de se entender esta revitalização dos esquemas existentes de integração econômica, assim como a criação de novos esquemas, reside na própria diversidade destes acordos.”

No caso da Europa, a aceleração verificada na segunda metade dos anos 80 parece ser uma reação, no plano político-econômico, ao sentimento de perda do dinamismo europeu a partir dos anos 70.

O acordo entre os Estados Unidos e o Canadá apenas formalizou normas extremamente liberais que já regulamentavam o comércio entre estes dois países. Já o caso da Ásia reflete um esquema institucional próprio, em que se aprofundam relações comerciais entre países que já têm vínculos econômicos bastante profundos.

No caso da América Latina e do Mercosul em particular, parece ter ocorrido uma reação à crise econômica que afeta os países em desen-

volvimento e que se aprofundou durante os anos 80, como decorrência do endividamento externo. Assim, ainda segundo Reinaldo Gonçalves, a integração em nível sub-regional é consequência das condições desfavoráveis no mercado internacional (“declínio do multilateralismo”) e, ao mesmo tempo, um instrumento para enfrentar os desequilíbrios externos e a necessidade de reestruturação produtiva.

“Ocorre que o fracasso dos experimentos de integração desde os anos 70 é, em grande medida, resultado da crescente deterioração das contas externas e da maior vulnerabilidade dos países da América Latina e do Caribe. A crise externa mais recente é explicada, principalmente, pelo aumento do protecionismo, deterioração dos termos de troca e pela crise da dívida externa. De um modo geral, os elementos subjacentes ao processo de revitalização crescente do processo de integração não parecem ser diferentes do padrão geral observado no passado. Assim, um aprofundamento da crise econômica externa que ainda afeta um grande

número de países em desenvolvimento poderá frear o processo de integração econômica num futuro próximo.”

É importante assinalar também que, na década de 80, os países desenvolvidos mantiveram e aprofundaram sua chamada política “neoprotecionista”. Apesar da redução significativa das tarifas de importação após a Segunda Guerra Mundial, esta nova forma de protecionismo reduz significativamente as possibilidades de exportação para estes países, sobretudo por parte dos países menos desenvolvidos.

Um arsenal de barreiras não-tarifárias é utilizado com este objetivo: acordos de controle de exportações, medidas antidumping, medidas compensatórias e outras se contrapõem, justamente, ao período em que estes últimos países são fortemente pressionados pelas grandes potências, através do GATT, e posteriormente da OMC, a efetuar um amplo processo de liberalização de seu comércio internacional, acompanhado de políticas econômicas igualmente liberalizantes.

Avanços e recuos no processo de integração

De fato, como se observou não só durante o período de estruturação do Mercosul, mas como também até os dias de hoje, as políticas liberalizantes, assim como a permanente crise do setor externo, tanto na Argentina quanto no Brasil, ditam o tom e o ritmo do processo de integração.

Em 1991, a Argentina implantou seu programa de estabilização econômica – o chamado Plano Cavallo. À semelhança do que viria a ocorrer com o Brasil, a Argentina, apesar de debelar a inflação, passou a viver um

quadro no qual predominam o aumento constante do desemprego e de grandes *déficits* comerciais. O governo Menem, eleito em 1989, não teve dificuldades em ver aprovadas no Congresso as proposições contidas no Tratado de Assunção.

A economia do Paraguai era já naquela época caracterizada por um forte grau de abertura ao comércio internacional, e a produção industrial, praticamente nenhuma. O Uruguai vivia um quadro similar: a liberalização comercial e financeira

se iniciara ainda durante o período da ditadura militar.

Já o Brasil, a economia mais forte do Mercosul, iniciaria somente em 1989, no governo Collor, um forte e doloroso processo de abertura comercial da economia e de redução das funções do Estado (inclusive na esfera social), marcado por medidas de caráter recessivo, que, além de causarem desemprego e queda do poder aquisitivo, não tiveram sucesso em seu principal objetivo: o “um tiro só” de Collor errou o alvo, e a inflação

continuou nas nuvens. Somado a isso, o processo que levou à destituição do presidente por corrupção não compunha decididamente um quadro similar ao dos demais membros do Mercosul.

Entre 1991 e 1993, o processo sofreu avanços e percalços, sobretudo diante da instabilidade econômica vivida pelo Brasil. Os distintos momentos de liberalização da economia vividos pelos quatro países foram também fontes de fortes divergências, que só viriam a ser superadas em 1994.

A Argentina já vinha, desde a década de 80, passando por um intenso processo de desindustrialização, deixando o Brasil na posição de potência industrial do Mercosul. Isto fez com que o governo brasileiro visualizasse aí a possibilidade de ser um fornecedor privilegiado de produtos industriais de diversos setores, como os da química, informática e de automóveis.

Por outro lado, além de não desejarem, naturalmente, assumir esta condição de mercados cativos do Brasil, os três outros países já praticavam uma política tarifária substancialmente mais liberal. A aceitação das condições impostas pelo Brasil significaria, em muitos casos, que Argentina, Paraguai e Uruguai deveriam, para isto, elevar sua tarifas de importação aplicadas aos demais países do mundo.

"Na primeira fase (1991/93) do período de transição o Brasil tinha o quadro tarifário mais alto do Mercosul e adotava uma política de permanente desvalorização cambial, o que permitia o crescimento de suas exportações para os demais parceiros. Essa situação despertou o interesse de vários setores empresariais

brasileiros pelo Mercosul, que passou a ser visto como uma alternativa à retração do mercado interno, fortalecendo a decisão brasileira de constituição de uma União Aduaneira, ou seja, uma área comercial integrada e protegida frente a outros mercados. Essa não era a mesma posição dos demais países.

No final de 1992/início de 1993, quando o Presidente Itamar Franco assumiu, as negociações no Mercosul enfrentavam um estancamento devido a oposição às pretensões brasi-

"As políticas liberalizantes, assim como a permanente crise do setor externo, tanto na Argentina quanto no Brasil, ditam o tom e o ritmo do processo de integração"

leiras e às diferenças entre a política de estabilização argentina e a alta inflação no Brasil. Nesse período iniciaram-se as negociações da Tarifa Externa Comum, que foram dificultadas por dois fatores: a confrontação de patamares tarifários muito diferenciados e o aprofundamento de desequilíbrios comerciais setoriais, motivados pelo crescimento das exportações brasileiras.

Pode-se dizer que a desgravação tarifária do Mercosul foi um "guarda-chuva" para a abertura comercial brasileira - em quatro anos as alíquotas brasileiras desceram de um

patamar médio de 33% (1990) para um de 14% (1994). No mesmo período o governo promoveu a adoção de medidas de desregulação econômica e industrial que, combinadas com uma política recessiva, instaram as indústrias a promover uma forte reestruturação produtiva, responsável pela redução de cerca de 1/3 dos postos de trabalho industriais (aproximadamente 2,5 milhões de trabalhadores) em quatro anos e, ao mesmo tempo, pelo crescimento da taxa de produtividade (30% em relação à metade da década anterior).

Mas o processo desencadeado por Collor, e continuado por Itamar Franco, não conseguiu deter a escalada inflacionária, que gerava muitos conflitos com os países vizinhos. Isso só foi possível com a adoção do Plano Real (1993/94).

Assim, a combinação da forte abertura comercial com a implantação do Plano Real em 1994 - que, assim como o Plano Cavallo na Argentina, vem sustentando a estabilização dos preços na política cambial e na venda do patrimônio estatal - permitiu a superação dos conflitos entre os países do Mercosul e a finalização do cronograma comercial, garantindo o início da Zona de Livre Comércio em janeiro de 1995.

As divergências existentes ao nível setorial e as desvantagens comparativas, apontadas pelos países menores, foram solucionadas com medidas temporárias. Ao mesmo tempo, foi adiada a harmonização das políticas macroeconômicas e afastada *sine die* a adoção de uma estrutura institucional supranacional.²²

Em 1994, com a introdução do Plano Real, que até hoje se apóia na famosa âncora cambial e na lógica da utilização das importações como

mecanismo de estabilização dos preços, o Brasil modificou uma série de posições que até então eram razão de conflitos com os demais países, ameaçando o cumprimento do cronograma previsto para a entrada em vigor da união aduaneira.

Em 1º de janeiro de 1995, o Mercosul entra em vigor formalmente. Prevê ainda algumas restrições, tanto em relação ao livre comércio entre os quatro países quanto à tarifa externa comum, para as quais foram definidas listas de exceções, sob o pretexto de proteger setores mais frágeis ante a abertura comercial, em cada país. Está prevista a eliminação gradual e definitiva destas exceções – que abrangem cerca de 15% dos itens negociados – até o ano de 2006, no denominado *Processo de Convergência*, que envolve áreas importantes como automobilística, têxtil, informática, máquinas, química fina e açúcar.

Estes exemplos de setores protegidos já revelam, no entanto, os verdadeiros “critérios” utilizados para definir setores sensíveis à competição externa. Ao contrário do que se verifica na Comunidade Econômica Européia, onde a produção agrícola é extremamente protegida, aqui esta proteção tem caráter diverso. “Vale dizer que a Tarifa Externa Comum não foi negociada com base nos diagnósticos setoriais que apontariam a competitividade de cada setor e de cada país, mas sim como “índices políticos”. A TEC não foi encarada como instrumento de política industrial e agroindustrial e sim como instrumento comercial e fator de sustentação dos planos de ajuste, ou seja, de controle de preços internos.”³

O ano de 1995 fornece bons exemplos das dificuldades (que até hoje

permanecem) em compatibilizar o programa de liberalização comercial do Mercosul com as dificuldades de cada país, sobretudo Argentina e Brasil, com seus respectivos programas de estabilização e com os desequilíbrios externos, resultantes de uma abertura aos mercados mundiais precipitada, além dos eternos compromissos relativos à dívida externa, tão pouco lembrados nos dias de hoje.



Guayasamín

O mesmo ano de 1995 é marcado pela crise mexicana e seus conhecidos efeitos sobre outros países da América Latina. Pressionado pelo crescente *déficit* comercial, acompanhado de uma redução dos ingressos de capitais externos decorrente da crise mexicana, o governo brasileiro, após pesadas negociações com seus parceiros, aplicou um aumento temporário de 70% sobre as tarifas para bens de consumo não essenciais vindos de outros países que não os membros do Mercosul, como automóveis e eletrodomésticos. Com vistas a reduzir a inflação, aplicou

também uma redução maior do que aquela prevista para produtos considerados de primeira necessidade. O Brasil ensaiou, ainda naquele mesmo ano, a imposição de cotas máximas de veículos importados, mas recuou diante dos protestos da Argentina.

Assim, 1995 pode ser visto, por um lado, como um ano em que as negociações entre os países-membros não caminharam significativamente. Esta relativa paralisia, no entanto, revela fatos marcantes. Revela-se, acima de tudo, que o Brasil, em função da fragilidade de seu setor externo e da preocupação permanente com a manutenção do plano de estabilização da moeda, não dedica ao processo de integração regional o grau de prioridade esperado por seus parceiros. Fato que se explica também pelas dimensões da economia brasileira diante destes mesmos parceiros: deixando de lado questões estratégicas, a verdade é que o Mercosul tem na economia brasileira como um todo um peso bem menos significativo, quando comparado com os demais países.

Diante das freqüentes crises externas com que o Brasil se depara, o Mercosul, longe de significar um espaço comum onde a economia brasileira pudesse buscar um reforço diante de sua fragilidade externa, mais parece um obstáculo às medidas que o governo brasileiro decide tomar diante de tais crises. É verdade também que, no interior do bloco, o Brasil não é o único a assumir posições como esta. Neste mesmo ano de 1995, e pelas mesmas razões, a Argentina também ensaiou um aumento de seus impostos de importação, recuando posteriormente.

O ano de 1996 foi caracterizado, da

3 PORTELLA, Maria Sílvia. Mercosul: estágio atual e perspectivas. *Revista Tempo e Presença*. Rio de Janeiro, nov./dez. 1995.

mesma forma, por idas e vindas do governo brasileiro no tocante a medidas destinadas a restringir suas importações, afetando diretamente suas relações com os demais países do bloco. Um exemplo se deu em junho deste mesmo ano, quando, diante dos protestos de Uruguai e Argentina, o Brasil desistiu de impor medidas que afetavam diretamente suas importações de produtos têxteis daqueles países. Os eletrodomésticos, eletrônicos, calçados e brinquedos também foram objeto de medidas restritivas às importações.

Este mesmo ano foi marcado também por outros importantes fatos. Conforme já estava previsto na agenda do Mercosul, tiveram início as negociações do bloco com outros países, visando o estabelecimento de acordos preferenciais, inicialmente com o Chile e a Bolívia, e posteriormente com os países integrantes do Pacto Andino e o México. Mais uma vez, a posição brasileira se diferencia de forma significativa daquela adotada por seus parceiros. Para estes últimos, tais acordos significam, na prática, o aumento da competição, relativamente às exportações para o Bra-

sil, já que Chile e Bolívia apresentam em suas pautas de exportação muitos produtos também exportados por Argentina, Paraguai e Uruguai. Já para o Brasil, estes acordos representam um reforço em seu poder de barganha com os demais países, especialmente com os EUA.

O ano de 1997 e o começo de 1998 têm como característica marcante a crise das economias dos países asiáticos, com reflexos em todo o mundo. O Brasil, considerado "a bola da vez" como alvo de um ataque especulativo, fruto de uma constante sobrevalorização de sua moeda, da fragilidade das contas externas e outros aspectos, toma novamente uma série de medidas, visando manter a estabilidade da moeda. A Argentina, também atingida pela avalanche, propõe um aumento da Tarifa Externa Comum.

Mas é sobretudo nas medidas de caráter recessivo adotadas pelo Brasil que recaem as maiores preocupações de seus parceiros. O excepcional incremento do intercâmbio comercial no âmbito do Mercosul, cujos dados veremos mais adiante, é fato de dois gumes, principalmente para econo-

mias de menores dimensões, como as do Uruguai e do Paraguai: uma redução do consumo, por parte do Brasil, de produtos exportados por aqueles países, representa um forte impacto sobre suas contas externas, podendo significar também uma recessão por contágio, fruto da queda das exportações.

Mas o maior impulso para que os governos da região (sobretudo o do Brasil) buscassem fortalecer o Mercosul vem dos Estados Unidos. Trata-se de uma forte investida, já no começo de 1997, para que os demais países americanos aceitem a proposta norte-americana de acelerar o cronograma de implementação da Alca, o que significaria, também na visão dos EUA, a extinção do Mercosul e dos demais blocos comerciais da região. Trataremos deste assunto em detalhe mais adiante.

Este verdadeiro assédio norte-americano estimulou o Brasil a liderar ações no sentido de apressar e estender os acordos que, lentamente, o Mercosul vinha construindo com outros países da região, bem como a aproximação maior com a União Européia.

O Mercosul e a União Européia

O Mercosul foi desde o início concebido, como já dissemos, como um bloco de integração regional aberta, prevendo o estabelecimento de relações com os grandes blocos econômicos existentes.

"Apenas um mês depois da assinatura do Tratado de Assunção, os Ministros das Relações Exteriores dos quatro países-membros visitaram a Comissão Européia e se reuniram

com altos dirigentes do órgão executivo da UE. A vontade de formalizar os vínculos entre ambos os grupos de países se concretizou em 29 de maio de 1992 com a assinatura de um "Acordo Bilateral de Cooperação Interinstitucional."⁴

Já em 1994, fruto de permanentes negociações, é estabelecido um cronograma de conversações, a partir das quais a Comissão Européia de-

clara seu propósito de firmar um acordo inter-regional de cooperação econômica, o qual precederia um acordo de livre comércio, com início previsto para o ano de 2001.

As negociações vêm caminhando mais ou menos da forma prevista, embora muitos obstáculos sejam igualmente previsíveis. As questões trabalhistas e ambientais, para exemplificar, são tratadas de ma-

4 GRANDI, Jorge e SCHUTT, Daniel. O Mercosul em 1996: Consolidação ou incerteza? *Contexto Internacional*. IRI-PUC/Rio, vol. 18, nº 2, jul./dez. 1996. p. 339.

neira radicalmente distinta nos dois blocos.

De toda forma, a atitude dos Estados Unidos no sentido de pressionar por uma rápida implementação da Alca teve também o efeito de estimular a União Européia a impulsionar suas negociações com o Merco-

sul. Nas palavras de Manuel Marín, vice-presidente da Comissão Européia, a estratégia da União Européia é a de “fortalecer cada vez mais o Mercosul, de modo que se transforme no núcleo duro da integração latino-americana”.⁵

Segundo o mesmo Marín, a tendên-

cia para um acordo com o Mercosul é inexorável. Ele menciona o fato de que a região já concentra 70% dos investimentos europeus na América Latina. “São interesses europeus que, apesar das dificuldades de calendário, pressionarão os chefes de Estado a fazer uma grande operação de arbitragem política.”

A Alca: um sobressalto na agenda da integração

A criação da Alca foi proposta pelos Estados Unidos na cúpula de Miami, realizada em 1994, e contou com a adesão de 34 países – todos os países do continente americano, à exceção de Cuba, excluída naturalmente por imposição dos Estados Unidos. Fortemente impulsionada pelo governo norte-americano, a iniciativa iria se constituir, sobretudo a partir de 1997, em fator de consolidação e afirmação geopolítica do Mercosul. Já em 1995, contrariamente ao que propunham os Estados Unidos, o Brasil, a partir de acordo feito com seus parceiros de Mercosul, defendeu a idéia de que as negociações para a formação do novo bloco fossem conduzidas pelos blocos regionais já existentes, e não pelos países isoladamente.

A reunião de cúpula realizada em Belo Horizonte em maio de 1997 tornou evidentes as posições antagônicas apresentadas pelos Estados Unidos e os países do Mercosul, além de outros da América Latina. A disposição dos EUA era de acelerar a implementação da Alca, através da rápida eliminação de todas as tarifas comerciais. Além disso, propuseram também que, já em 1998, empresas norte-americanas tivessem acesso

irrestrito às licitações e contratos de fornecimento ao setor público dos demais países. Desejavam definir de imediato instrumentos de interdição e controle do uso da propriedade intelectual no território dos demais países. E também remover quaisquer restrições à entrada de suas empresas no setor de serviços (inclusive financeiros), como já o fizeram junto ao México e ao Canadá, no âmbito do Nafta.

Na visão e no interesse dos Estados Unidos, a criação da Alca implicaria ainda, e de forma automática, no desaparecimento dos demais blocos. “A imposição da agenda dos Estados Unidos aos países periféricos ficou clara na declaração feita em maio deste ano pela representante comercial Charlene Barchefsky, antes de sua vinda para a reunião de Belo Horizonte: ‘O Mercosul é inconveniente para os interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos’. É a diplomacia do porrete.”⁶

Os países assumiriam compromissos ainda mais “liberalizadores” do que aqueles que foram firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC. Por isso, eles são chamados “concessões GATT-plus”. Os Estados Unidos ainda desejam

incluir outros compromissos, como os relativos a meio ambiente, direitos trabalhistas e outros. Em síntese, desejam assegurar a mais ampla liberdade de movimentação para os bens e serviços que produzem.

O Mercosul, pela primeira vez se apresentando como uma personalidade jurídica formada e sedimentada, se opôs firmemente tanto à antecipação do cronograma previsto como à eliminação dos blocos existentes. Em sua viagem mais recente ao Brasil e à Argentina, o presidente dos EUA, Bill Clinton, explicitou sua concordância com os parâmetros e prazos estabelecidos para formação da Alca.

É importante assinalar, ainda, que Clinton encontra fortes resistências à formação do bloco das Américas no interior de seu próprio país. Os trabalhadores dos EUA também temem o aumento do desemprego, e o Congresso norte-americano se recusa a conceder ao presidente a utilização do chamado mecanismo do “fast-track” substituição do presidente por corrupção não compunha decididamente um quadro similar aolca, independentemente da aprovação pelo Congresso (este último teria o poder somente de aprovar ou rejeitar integralmente tais projetos, sem a pos-

5 FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Dinheiro, 14/9/97. p.11.

6 TAVARES, Maria da Conceição. A Alca e o Mercosul. *Jornal dos Economistas*, nº 102, outubro de 1997.

sibilidade de introduzir quaisquer emendas).

Além de manifestar sua concordância com a negociação entre blocos, foram aprovadas as linhas gerais para o processo de negociação: empreendimento único (“*single undertaking*”), significando que o acordo tem que ser aceito integralmente por todos os países ao mesmo tempo; compatibilidade com as normas da OMC; coexistência da Alca com acordos regionais mais profundos ou abrangentes.

De toda forma, a proposta norte-americana de fazer desaparecer, com a implantação da Alca, os demais blocos comerciais das Américas, despertou os países sul-americanos para ações em direção oposta. Além da busca do fortalecimento comercial e político do Mercosul (apesar das vacilações iniciais por parte do governo argentino), diversos outros países passaram a priorizar a integração de toda a América do Sul, como forma de fazer frente à concorrência desigual a que estariam subjugados a partir da implementação do novo bloco, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

O governo brasileiro, sobretudo, tem se empenhado firmemente em aprofundar o Mercosul, ao contrário do que vinha ocorrendo até então. A diplomacia brasileira encontra-se no momento firmemente empenhada em negociar acordos de livre comércio com todos os demais países da América do Sul, exceto as três Guianas.

Documento informal do Itamarati considera a coexistência da Alca com os demais blocos de extrema importância:

“Ficou decidido, em Belo Horizonte, que os mecanismos de integração

“A firme determinação demonstrada pelos Estados Unidos na implementação da Alca tem caráter decisivo não só em relação ao futuro do Mercosul. Está em jogo o futuro das economias e sociedades de toda a América Latina”

que prevejam concessões mais amplas ou profundas entre seus membros do que aquelas acordadas na Alca coexistirão com esta. Portanto, sendo uma união aduaneira, o Mercosul não será diluído pela área de livre comércio continental. O esforço em curso de consolidação e aprofundamento do Mercosul tem por objetivo assegurar que, em todas as áreas da futura negociação hemisférica, o Brasil continue a defender posições conjuntas com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, próprias da união aduaneira.”⁷

Esta visão de que o Brasil e o Mercosul saíram fortalecidos do encontro de Belo Horizonte, mantendo-se unidos e coesos e obtendo uma vitória histórica, não é, no entanto, unânime. Transcrevemos a seguir algumas observações de Armando Álvares Garcia Júnior, presidente da Associação Brasileira de Advogados para o Mercosul – Abam:⁸

“Parece-me que a estratégia norte-americana é muito mais requintada. Mantêm-se os pactos sub-regionais ao mesmo tempo que se avançam as negociações sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas.

Acontece que a implementação da Alca, seja em 2005 ou em qualquer outra data, por si só, já faz diluir um pacto regional. Não há como coexistirem.

A compatibilização entre os dois não é possível. Como fortalecer blocos econômicos regionais ou sub-regionais e simultaneamente fortalecer uma grande área de livre comércio, abarcadora desses blocos? Os menores serão gradativamente incorporados ao maior, até que sumam ou se tornem inoperantes.

Lançado o início das negociações na reunião presidencial de Santiago do Chile, em abril de 1998, e ainda que se respeite o cronograma original de 2005, a situação se complicará.

Teremos duas alternativas, sendo que, na primeira delas, os blocos sub-regionais não estariam ainda fortalecidos o suficiente, e, se realmente não estiverem, correrão o risco de se diluírem com a entrada em vigor da Alca.

Na segunda hipótese, estariam fortalecidos, mas, neste caso, entrariam em choque com os compromissos internacionais assumidos que determinam a criação e a implementação da área hemisférica. Quem saiu fortalecido?”

A firme determinação demonstrada pelos Estados Unidos na implementação da Alca tem caráter decisivo não só em relação ao futuro do Mercosul. Está em jogo o futuro das economias e sociedades de toda a América Latina. Abordamos novamente esta questão na segunda parte deste Caderno, em que analisamos as possíveis estratégias alternativas que se apresentam nos diversos cenários criados pela regionalização e globalização.

7 JORNAL DO BRASIL, 19/10/97. p. 4.

8 ALCA: uma questão de fichas. *Gazeta Mercantil*, Semanário do Mercosul, 10/8/97. p. 4.

Alguns números do Mercosul e seu significado

A simples análise dos dados macroeconômicos, através da utilização dos indicadores tradicionais, leva à conclusão de que a implantação do Mercosul foi um grande sucesso, pelo menos no que toca ao seu objetivo de incrementar o comércio entre os quatro países-membros. Não pretendemos aqui afogar o leitor em números absolutos ou percentuais: afinal, há para isto uma série de publicações especializadas.

O intercâmbio comercial entre os países do Mercosul teve um crescimento de 309% entre 1990 e 1996, sendo que neste mesmo período:

- ◆ as importações do Mercosul provenientes da União Européia cresceram 246%, enquanto suas exportações para a União Européia cresceram apenas 27%;
- ◆ o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Argentina cresceu 460%;
- ◆ foram trocados entre o Brasil e a Argentina cerca de 44 bilhões de dólares, com grande equilíbrio neste intercâmbio bilateral.⁹

Esta tendência ao crescimento do

comércio entre os países que compõem o Mercosul prosseguiu em 1997, embora, a esta altura, ainda não se disponha dos dados globais consolidados. O fato é que as exportações da Argentina para o Brasil, por exemplo, já significam cerca de um terço de suas exportações totais.

Por um lado, podemos destacar alguns fatores positivos resultantes deste crescimento explosivo do comércio entre os quatro países, como a ampliação dos mercados consumidores para os exportadores destes países. Por outro, o acesso por parte dos consumidores a uma gama mais variada de produtos, muitas vezes a preços inferiores aos anteriormente verificados.

Estes fatos, no entanto, nem sempre são verdadeiros, e mesmo quando o são, nem sempre trazem apenas benefícios. Em primeiro lugar, a implementação do Mercosul não foi precedida, nem mesmo acompanhada de medidas governamentais que preparassem aqueles setores produtivos que, em cada país, perderam mercado em função de não poderem competir com produtos vindos dos de-

mais países. O resultado vem a ser a desestruturação súbita de vários setores, gerando falências e significando desemprego, sobretudo para os segmentos da população voltados para a pequena produção nas regiões da fronteira sul, no caso brasileiro.

Da mesma forma, não se pode afirmar que as importações sigam sempre a lógica da competitividade e do melhor preço. Na verdade, os maiores beneficiários do processo de integração são os grandes grupos transnacionais. Eliminados os impostos e demais barreiras comerciais, estes grupos passam a eleger o local em que vai se dar a produção onde mais lhes for conveniente.

De toda maneira, a ampliação do espaço de intercâmbio comercial da região é uma importante alternativa, diante daqueles países que pregam a liberalização e, ao mesmo tempo praticam políticas extremamente protecionistas. Mais radical que a União Européia, que protege a ferro e fogo sua produção agropecuária, é a prática comercial dos Estados Unidos com seus parceiros.

“The Buy American Act”, 1933

Antônio Ermírio de Moraes

No último fim-de-semana, navegando um pouco pela Internet, verifiquei que a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos está sendo processada porque contratou no exterior, indevidamente, uma série de serviços que poderiam ser contratados domesticamente.

O processo tem fundamento numa lei americana que exige de todos os órgãos governamentais o esgotamento das possibilidades de compra dentro do país, antes de buscar bens e serviços importados – “The Buy American Act”.

Dessa lei ninguém escapa. Ela foi aprovada em 1933, com o propósito de estimular a geração de empregos para os trabalhadores americanos. Os órgãos públicos são obrigados a comprar nos Estados Unidos tudo o que necessitam, desde lápis e borracha até aviões e serviços de engenharia.

Nesse período, a lei sofreu pequenas correções, devido aos tratados de comércio internacional. Mas a sua espinha dorsal ficou inalterada.

É isso mesmo: os Estados Unidos, o país mais liberal do mundo – ou dito liberal -, implementam há mais de meio século uma lei para proteger seus empregos!

No mesmo dia em que detectei essa pérola do protecionismo mundial, vi o presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, sr. Stefan Salej, inconformado, com razão, pelo fato de o Brasil ter importado, em 1997, cerca de US\$ 10 bilhões em produtos “inadequados” – por falta de qualidade

ou especificação técnica (dados do Inmetro).

O Brasil impõe muito poucas exigências para os produtos importados – o inverso do que ocorre com os países avançados, que usam de um colossal rigor para tudo o que compram, desde padrões sanitários para a agricultura até as mais sofisticadas normas técnicas para indústria, comércio, serviços e, recentemente, também para o trabalho e o meio ambiente.

Este é o país dos oito ou oitenta. Ficamos fechados por quase meio século, o que prejudicou severamente a nossa evolução tecnológica. Mas, agora, escancaramos as portas para os importados sem nenhuma seletividade, prejudicando a produção e o emprego nacional.

Jamais pretendi voltar aos tempo do protecionismo retrógrado. Mas não consigo entender a razão da insistência em um método tão errático e estabonado como o que vem sendo praticado no Brasil.

É claro que precisamos crescer no comércio internacional. Para tanto, é essencial aumentar exportações e importações. Não seria nada mau, porém, se jogássemos esse jogo com inteligência, procurando tirar vantagem nas duas pontas – importando o útil, exportando o excedente e gerando o necessário: “empregos”!

Apesar dos 65 anos de atraso, você não acha que ainda há tempo para aprovar, no Brasil, o Buy Brazilian Act?

Em sua coluna semanal na Folha de São Paulo,¹⁰ ninguém menos que o empresário brasileiro Antônio Ermírio de Moraes conta que a Biblioteca

do Congresso dos Estados Unidos está sendo processada por contratar serviços no exterior. O artigo, que retrata bem o protecionismo pratica-

do pelos Estados Unidos, encontra-se transcrito a seguir. Agradecemos ao Sr. Antônio Ermírio sua valiosa contribuição para este Caderno.

A estrutura institucional do Mercosul

Em sua página na Internet, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil informa, no tópico que descreve a estrutura institucional transitória do Mercosul, o grau de participação da sociedade neste processo com admirável sinceridade:

“A organização do Mercosul, prevista no Tratado de Assunção, fundamentou-se em uma concepção pragmática que, evitando criar órgãos comunitários no período de transição, previa a constituição de entidades intergovernamentais, cujas decisões seriam tomadas por consenso em reuniões periódicas entre autoridades homólogas dos Países-membros.”

Ainda de acordo com o Tratado de Assunção, o órgão superior do Mercosul é o Conselho do Mercado Comum, composto por Chanceleres e Ministros da Economia dos quatro países. O órgão executivo, por sua vez, é o Grupo Mercado Comum, composto por quatro membros titulares e quatro substitutos - no caso brasileiro os representantes são o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Fazenda, Ministério da Indústria e Comércio e Banco Central.

Foram também criados os órgãos téc-

nicos, que são os 11 Subgrupos de Trabalho: Assuntos Comerciais, Assuntos Aduaneiros, Normas Técnicas, Políticas Fiscais e Monetárias Relacionadas com o Comércio, Transporte Terrestre, Transporte Marítimo, Política Industrial e Tecnológica, Política Agrícola, Política Energética, Coordenação de Políticas Macroeconômicas, Relações Trabalhistas, Emprego e Segurança Social.

Além dos encontros no âmbito desses órgãos, a estrutura institucional do Mercosul incluiu, ainda, reuniões de ministros de diversas pastas, como as da Educação e do Trabalho e as Reuniões Especializadas de Turismo, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Cultura.

Sobre o papel do parlamento dos respectivos países no processo de constituição e implementação do Mercosul, abrimos aspas, uma vez mais, para o Ministério das Relações Exteriores:

“Foi colocada em funcionamento, também, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, composta por até 64 parlamentares (16 de cada Estado- Parte), que acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do

processo de integração. Essa Comissão não teve como atribuição, no entanto, a aprovação de legislação comunitária, uma vez que o Mercosul não admitiu, durante o período de transição, o chamado efeito de aplicação direta.”

Da mesma forma que a Comissão Parlamentar Conjunta, a estrutura institucional do Mercosul previu, também com caráter apenas consultivo, a formação do Fórum Consultivo Econômico e Social – FCES, que somente se efetivou em junho de 1996. O FCES, além das representações empresariais e sindicais, conta também, no caso da Argentina e do Brasil, com a participação de suas associações nacionais de defesa do consumidor.

Por considerarmos de caráter fundamental a efetiva participação dos diversos segmentos das sociedades dos quatro países que compõem o Mercosul nos diversos processos de decisão envolvidos, destinamos a última seção deste caderno à exposição, por parte da CUT, de suas experiências e posicionamentos formados a partir de sua participação, como um dos representantes brasileiros, no FCES.

II - Mercosul: presente e futuro

Atualmente, traçar ou analisar estratégias sobre a integração econômica de um país com o resto do mundo não é tarefa fácil, mesmo para os especialistas em economia internacional. Para quem pouco conhece a matéria, a tarefa é bem mais espinhosa. Torna-se ainda mais complicada quando nosso intuito é o de encarar o setor externo como um elemento a mais, uma ferramenta adicional, que componha um modelo de desenvolvimento cuja proposta seja a de enfrentar os verdadeiros problemas sociais do país. Pois trata-se de encaixar e subordinar as relações internacionais do País a um modelo que existe apenas em nosso imaginário.

Trata-se, portanto, de imaginar um cenário em que a produção doméstica, as exportações, importações, o intercâmbio científico, cultural e outros estivessem a serviço de objetivos tais como: o combate à pobreza, ao desemprego e à injusta distribuição da riqueza e da renda, à exclusão social; a melhoria da qualidade de vida da população, traduzida em promoção da educação, saúde, infraestrutura urbana, habitação, lazer, preservação do meio ambiente e tantas outras prioridades para nós evidentes.

Não seria necessário para isto ignorar os problemas com que os governos se defrontam: a estabilização da economia, o déficit público, o permanente desequilíbrio das contas externas e muitos outros. Mas seria preciso subordinar o encaminhamento destas questões àqueles verdadeiros desafios, que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida de toda a população.

Podemos tomar como exemplo um fato que está hoje nos jornais, apre-

sentado de maneira extremamente positiva: o BNDES (o "S" é de "social") aprovou financiamento de US\$ 300 milhões à Peugeot, correspondentes a 50% do investimento da empresa para instalar-se no Brasil. Prevê-se que, nos próximos anos, as montadoras multinacionais venham a investir cerca de US\$ 25 bilhões na área do Mercosul, US\$ 21 bilhões dos quais no Brasil.

Além da Peugeot, praticamente todas as outras montadoras estrangei-

“Toda atividade econômica, como sabemos, gera postos de trabalho. A questão é saber, em primeiro lugar, quantos postos de trabalho a atividade é capaz de gerar, em relação ao capital empregado”

ras estão na fila para conseguir financiamento do BNDES, naturalmente a juros muito inferiores àqueles cobrados no mercado financeiro. Segundo o presidente do Banco, tais financiamentos se justificam pelos milhares de empregos que ajudarão a criar.

Em primeiro lugar, parece que o governo brasileiro não confia totalmente nas leis de mercado que tanto defende. Caso contrário, confiaria neste mesmo mercado para atrair este tipo de investimento, sem que fosse necessário conceder-lhe incentivos oficiais. Caso acreditemos, de outra forma, que as montadoras viessem a

se instalar no Brasil independentemente de financiamentos, tais incentivos estariam sendo dados de graça.

Analisemos então, como requer o caso, a conveniência destes financiamentos do ponto de vista econômico e social. Em primeiro lugar, vamos tratar da justificativa da criação de empregos. Toda atividade econômica, como sabemos, gera postos de trabalho. A questão é saber, em primeiro lugar, quantos postos de trabalho a atividade é capaz de gerar, em relação ao capital empregado.

As características da indústria automobilística, neste caso, desaconselhariam o uso de dinheiro público para financiar este tipo de investimento. O setor, como sabemos, se caracteriza por uma elevada e crescente automatização. Os US\$ 21 bilhões previstos gerariam, estima-se, entre 10 e 12 mil postos de trabalho. Dez mil novas vagas significam apenas um terço das demissões previstas pela própria indústria automobilística brasileira nos próximos três anos. Entre 1991 e 1997, a indústria automobilística dobrou sua produção sem elevar o número de empregados.

No setor automobilístico, a transferência de tecnologia é praticamente nula: todas as inovações tecnológicas chegam em caixas pretas das matrizes das montadoras e dos fornecedores mundiais de autopeças. Nada temos a ganhar, portanto, também neste aspecto.

Quanto ao produto final – o automóvel – não se trata de um bem essencial, como o transporte de massas, este sim indispensável à melhoria da qualidade de vida da população.

Do ponto de vista do meio ambiente, nada mais irracional do que estimular o transporte individual, quando

sabemos que na cidade de São Paulo, por exemplo, em alguns períodos do ano, é necessária a adoção do rodízio de veículos para que o ar se torne razoavelmente respirável.

Na verdade, o governo brasileiro, na ânsia de reduzir o crescente desequilí-

brio de suas contas externas, limita-se a conceder facilidades adicionais àquelas empresas multinacionais que, de uma forma ou de outra, em razão de seus próprios interesses, já viriam a se instalar no Brasil. E a partir daqui, não só colocar seus produtos

no mercado interno, como também, isentas de tarifas, exportá-los para os demais países que compõem o Mercosul, e outros mais. Trata-se, pois, de mais um capítulo da chamada inserção subordinada à economia internacional.

A integração na região mais desigual do mundo

Como reverter esta “lógica” reinante, sob a qual mesmo os capitais produtivos se dirigem a setores que em nada contribuem para o aumento da oferta de bens e serviços essenciais, em nada contribuem para reduzir a exclusão e a desigualdade?

Os dados mais recentes indicam que a América Latina é hoje a região que apresenta as maiores desigualdades na distribuição da renda, já superando, neste aspecto, até mesmo o continente africano.

“Além da desigualdade na distribuição de renda, a região exhibe agudas diferenças na distribuição de ativos, no acesso ao crédito e nas possibilidades de receber educação de boa qualidade.

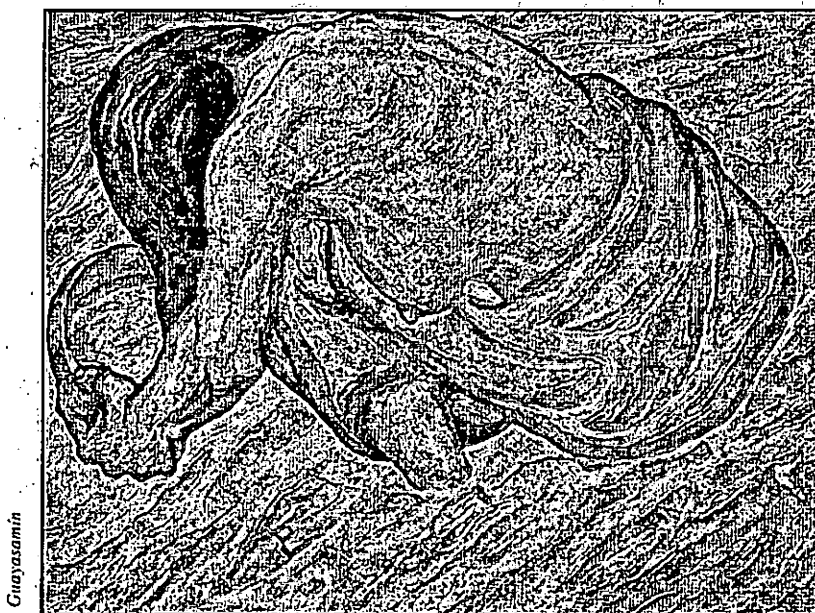
Nesse último setor, a desigualdade se mostra cada vez maior. A população cursa, em média, apenas 5,2 anos de escola – entre os pobres, o número é ainda menor. Há mais crianças que desistem da escola ou repetem de ano nas regiões mais pobres.”¹¹

Estudos mais recentes demonstram, a partir da análise de séries de dados de diversos países, que a desigualdade na distribuição da riqueza e da renda dos países latino-americanos obstrui as possibilidades de desenvolvimento econômico – ao contrário daquilo que pregam os economistas oficiais: que é preciso esperar (mesmo que eternamente) que o bolo cresça, para depois distribuí-lo. Ou seja:

que onde houvesse desigualdade, haveria acumulação, poupança, investimento e, depois, tudo melhoraria.

Estas novas pesquisas só vêm confirmar o que aqueles que se opõem ao saber dominante afirmam há muito tempo: que um mercado interno sólido e dinâmico é a base para um desenvolvimento efetivo e sustentado. Base também para o crescimento do comércio internacional destes países, justificado pelo aumento da escala de produção e do consumo, resultantes da incorporação da grande parcela da população excluída deste mercado potencial: um capital humano até hoje desperdiçado, fundamental para a constituição de uma verdadeira sociedade, base da democracia.

Como vemos, esboçar estratégias de inserção na economia internacional não passa simplesmente pelo exercício de escolher entre Mercosul, Alca, União Européia, multilateralismo ou por uma retirada geral das barreiras alfandegárias. Trata-se de, a partir de um modelo autêntico e dinâmico de desenvolvimento nacional, visualizar as melhores alternativas para estimular este desenvolvimento. E, do encontro destes projetos nacionais poder-se-ia traçar, igualmente, um projeto regional de integração econômica e social, no qual cada projeto nacional seria mutuamente reforçado e complementado. Este é, a nosso ver, o ponto de partida para qualquer análise de projetos de integração regional ou global.



Guayasamín

11 KLIKSBERG, Bernardo, Desigualdade e Crescimento Econômico, *Folha de São Paulo*, Caderno Dinheiro, 30/11/97, p. 2.

A mulher e o Mercosul

Graciela S. Rodriguez*

Nas últimas décadas, a ampliação do acesso das mulheres ao mundo do trabalho, seus altos níveis de educação formal e os avanços na diversificação das ocupações femininas, especialmente no setor de serviços, colocam a necessidade de levar em conta a contribuição das mulheres como agentes econômicos e sociais de importância crescente.

Sabemos que apesar destes avanços muitas situações de discriminação da mulher ainda perduram, mas também cada vez mais se reconhece a necessidade de uma participação igualitária como condição para a consolidação democrática e o desenvolvimento econômico e social.

Neste sentido, algumas iniciativas têm sido implementadas visando estabelecer estratégias de integração das mulheres aos mecanismos e processos em curso no marco do Mercosul.

A partir de 1995, três seminários "Mulher e Mercosul" foram realizados, sendo neles apresentadas análises sobre a situação da mulher no âmbito do trabalho nos quatro países do Mercado Comum e estudos da legislação comparativa.

Tanto no primeiro como no segundo Seminário, os grupos de trabalho definiram várias propostas nas áreas do legislativo, de políticas públicas, e especialmente para as articulações regionais. Também visando a implementação da Plataforma de Ação Mundial de Beijing-PAM, algumas estratégias para priorizar a inclusão da agenda social com perspectiva de gênero no processo Mercosul têm sido desenhadas.

A partir do último Seminário, realizado em dezembro de 1997, que contou com a participação

de representantes governamentais e de ONGs dos países membros (mais uma convidada representante do governo chileno), uma agenda comum de trabalho vem sendo elaborada até a realização do próximo encontro em junho de 1998. Uma proposta de implementação dos mecanismos necessários para garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos diferentes âmbitos de negociação do Mercosul, como também a criação da Reunião de Ministras ou autoridades dos órgãos governamentais competentes em políticas públicas para a mulher (no Brasil, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/CNDM) foram assinadas e levadas ao Conselho do Mercado Comum - CMC, órgão superior do Mercosul.

Dentre as restantes recomendações surgidas no encontro, merecem ser mencionadas a da participação nos subgrupos de trabalho: 7- Indústria, 10- Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social e no recentemente criado Subgrupo 11- Saúde. Cabe também apontar a necessidade referendada pelas responsáveis governamentais das políticas para a mulher dos quatro países da participação ativa das organizações de mulheres da sociedade civil no Fórum Consultivo Econômico e Social, órgão representativo dos setores econômicos e sociais dos Estados-Parte do Mercosul.

Vemos assim que existe já algum caminho andado: a necessidade de ampliar a participação das mulheres no âmbito do Mercosul está colocada. Porém é preciso dar visibilidade a esta questão como de uma maneira geral a própria conveniência de apropriação deste espaço econômico e político pelos vários setores da sociedade que podem usufruir das inúmeras possibilidades que ele oferece.

* Socióloga. Presidente do Ser Mulher, entidade feminista. Rio de Janeiro, março de 1998.

Os impactos, até aqui

Como vimos na primeira seção deste Caderno, os dados macroeconômicos relativos ao incremento do comércio entre os países que integram o Mercosul não deixam margem a dúvidas sobre a crescente importância que este processo de integração vem assumindo no interior de cada uma destas economias.

Por outro lado, vimos também que o processo de implementação do Mercosul acompanhou um movimento, nos quatro países, de liberalização bem mais ampla ao comércio internacional. Vimos ainda que, no caso do Brasil, o processo de integração se faz acompanhar das medidas relacionadas ao Plano Real, com fortes impactos sobre os mais diversos indicadores econômicos e sociais.

Assim, por um lado, torna-se difícil ou mesmo impraticável tentar "isolar" os efeitos do processo de integração regional daqueles que seriam explicados pela crescente inserção do Brasil na economia globalizada, bem como daqueles que resultam do programa de estabilização da economia.

Desta forma, seria impossível relacionar de forma isolada com a implementação do Mercosul a direção que indicadores como os níveis de emprego, produção agrícola e industrial, exportações e importações, vêm tomando ao longo dos últimos anos.

Por outro lado, podemos visualizar todos estes movimentos como um conjunto complementar de políticas destinadas a atingir objetivos comuns, ou a atender a uma mesma

lógica de condução da política econômica brasileira. Esta parece a maneira mais coerente de analisar os fatos, e buscar compreendê-los sob uma visão integrada.

De toda forma, diversas informações relativas ao incremento das relações comerciais permitem-nos enxergar alguns efeitos específicos deste processo de integração regional, ainda que de forma parcial. É importante lembrar, também, que estes efeitos

"A pequena produção agrícola sofreu impactos significativos, em especial na região da fronteira sul, onde a proximidade com os demais membros do Mercosul anula possíveis vantagens relativas aos custos de transporte"

variam, de país a país, de forma inversa à da proporção das respectivas economias. E que, por esta razão, o Brasil é o país integrante do Mercosul onde tais efeitos se fazem menos visíveis, quando nos limitamos a focalizar apenas a economia como um todo.

Assim é que, a partir de uma perspectiva de solidariedade, devemos encarar o Mercosul como um pro-

cesso muito mais delicado para países como o Paraguai e o Uruguai. Uma pequena variação na produção ou no consumo de arroz no Brasil, por exemplo, pode causar um enorme impacto junto aos produtores de arroz urguaios.

Quando da implementação do Tratado de Assunção, as condições sociais nos quatro países já se encontravam em fase de forte deterioração, fruto do processo de abertura comercial generalizada.

"As negociações que encerraram a primeira fase do Mercosul, entretanto, desconhecaram esta realidade e subordinaram todas as decisões à implementação do livre comércio com um quadro tarifário externo compatível com as exigências do mercado internacional. Apesar de previstas no Tratado de Assunção, foram excluídas das negociações finais a harmonização de políticas macroeconômicas, a coordenação de políticas setoriais e a conformação de uma estrutura institucional supranacional. Os temas sociais e trabalhistas foram absolutamente desconsiderados."¹²

Destacamos aqui alguns efeitos visíveis sobre a agricultura e o comércio no Brasil. A pequena produção agrícola, aquela realizada sobretudo pelas unidades familiares, sofreu impactos significativos, em especial na região da fronteira sul do País, onde a proximidade com os demais membros do Mercosul anula possíveis vantagens relativas aos custos de transporte.

Agricultura

Com a introdução do Plano Real, em 1994, os preços agrícolas passam a ser encarados pelo governo como possibilidade de assegurar a redução dos níveis da inflação. Como no exemplo do alho que apresentamos na introdução deste trabalho, a importação de produtos agrícolas foi utilizada para assegurar a estabilidade de ou redução dos preços agrícolas.

Desde então, o valor das importações dos seis principais produtos agrícolas (algodão, arroz, feijão, milho, trigo e soja) cresceu mais de 30%, alcançando valor superior a US\$ 3 bilhões no ano de 1997.

Deve-se destacar aqui que na maioria das vezes não são as chamadas vantagens comparativas, que permitiriam a outros países produzir estes bens a custos efetivamente mais reduzidos, que explicam a chegada do exterior destes produtos a preços inferiores aos daqueles produzidos no País. Os elevados subsídios concedidos pelos governos dos países de

origem explicam esta suposta "competitividade".

Tanto a Comunidade Econômica Européia quanto os Estados Unidos concedem elevados subsídios à produção agrícola, que podem atingir 40% do valor do produto. Além da produção, a comercialização e a exportação destes produtos também são objeto de tratamento especial.

As culturas que, em função destes fatos, apresentaram maior queda na área plantada nos últimos anos foram as de algodão e arroz:

"Embora a produtividade média da cultura do algodão tenha subido 30%, a perda de área foi responsável pela redução de 70 mil toneladas na produção durante o período, com a safra 96/97 atingindo apenas 333,6 mil toneladas de pluma. Além do algodão, o arroz também tem apresentado quedas constantes na área plantada nas últimas cinco safras, com conseqüente queda na produção. De

92/93 em diante, a rizicultura perdeu perto de 640 mil hectares, resultando numa queda de 4% na produção. Deste grupo não escapa a cultura do trigo. Depois de ter produzido 6 milhões de toneladas em 87/88, a produção recuou para 2 milhões em 92/93, e para 1,5 milhão em 94/95."¹³

É importante assinalar que, desde o início dos anos 90, a produção da Região Sul do Brasil vem se reduzindo em números absolutos, ao mesmo tempo em que a participação relativa das regiões Centro-Oeste e Nordeste vem aumentando. Parece claro que esta redução é explicada pela maior proximidade dos estados daquela região com a fronteira do Brasil com os demais países integrantes do Mercosul.

A perda não só de rentabilidade, mas sobretudo de postos de trabalho, é o aspecto mais perturbador desta realidade, totalmente previsível e amplamente alertada por diversas organizações da sociedade civil.

O mais gritante é o caso do algodão. Nos últimos dez anos, a redução da produção (46%) e o aumento no consumo (10%) levaram a um aumento de 1.500% nas importações, que devem chegar a 500 mil toneladas neste ano (1997). Assim, o País se tornará, segundo os dados do USDA, o maior importador mundial dessa fibra. Além do dispêndio de aproximadamente R\$ 1 bilhão, o que deixará a balança comercial em situação ainda mais desfavorável, calcula-se que a queda na produção representa o afastamento de cerca de 210 mil agricultores da atividade, mais a redução de 100 mil postos de trabalho apenas desde o início da década.

Segundo a Conab, em 1986 a alíquota de importação para algodão em pluma era de 55%, caiu para 10% em 1988 e foi zerada a partir de 1990, só sendo reestabelecida em 1995, mas, mesmo assim, a um nível bem inferior, de 3%, e apenas para os países que não fazem parte do Mercosul. Esta política mostrou-se totalmente ineficaz, beneficiando apenas a indústria têxtil consumidora de matéria-prima, enquanto os preços permaneceram baixos.

Com o passar do tempo, o preço internacional da fibra subiu e toda vantagem que a indústria conseguiu desapareceu. A situação toma-se ainda mais triste quando se lembra que o Brasil já foi auto-suficiente no suprimento da fibra. Sem que tenha

tomado alguma medida mais decisiva no sentido de reversão da situação, o erro cometido já é reconhecido até pelo governo.

O caso do arroz não é muito diferente. Com o aumento do consumo de 12% nos últimos dez anos e uma queda de 19% na produção no mesmo período, as importações aumentaram 715%. Estas vieram de 235 mil toneladas, em 1986/87, para 1,5 milhão de toneladas em 1996/97.

Para o trigo, a situação se repete. O consumo aumentou 11% nos últimos dez anos, mas a produção caiu 73%. Com isso, houve aumento de 83% nas importações. A queda acentuada na produção e o aumento nas importações desses dois produtos são fruto das condições vantajosas que os importadores brasileiros encontram para a internalização da produção proveniente do Mercosul.

Quando o trigo proveniente da Argentina e o arroz do Uruguai deixaram de ter a importação tributada pelo Tratado do Mercosul, suas condições de competição em relação ao produto nacional passaram a ser maiores. Importações com prazos de pagamento de até um ano, a juros internacionais menores do que os praticados no mercado interno, colocaram a opção de compra do produto nacional em segundo plano. O resultado tem sido a perda de mercado, com a conseqüente descapitalização dos agricultores, além dos enormes valores gastos para pagar essas importações.

Boletim do Deser – Departamento Sindical de Estudos Rurais – Caderno Especial *Grito da Terra Brasil 97*, abril de 1997.

“O objetivo da nova política agrícola é de criar um ambiente institucionalmente favorável ao desenvolvimento e aplicação de instrumentos privados de comercialização e de transferência de risco, como títulos bancários garantidos e mercado futuro, e manter a política de garantia de preços mínimos – PGPM – como um instrumento altamente seletivo para ser utilizado somente até os novos instrumentos serem plenamente absorvidos pelo mercado ou em programas específicos de desenvolvimento regional”.

Através desta linguagem sofisticada, o Ministério da Agricultura informa que mecanismos igualmente sofisticados passarão a ser utilizados no sentido de entregar ao mercado o destino dos preços dos produtos agrícolas, retirando o sistema de garantia de preços mínimos com que contavam os agricultores até há alguns anos.

Se funcionou a aposta do governo brasileiro no sentido de segurar os

índices de inflação, em boa parte através da abertura do mercado à concorrência internacional, o mesmo não se pode dizer em relação aos demais resultados desta opção política.

O setor agrícola brasileiro apresentou crescimento de apenas 0,45% no período de julho de 94 a junho de 97, segundo o Departamento de Contas Nacionais do IBGE, contra um crescimento do PIB de 14,69% no mesmo período.

Para o pequeno produtor, muitas vezes a opção é seguir plantando, à falta de melhor alternativa, já que a o preço da terra também sofreu forte depreciação. Para o assalariado rural, o resultado é o desemprego. E, a partir daí, restam duas opções. A de ser desempregado rural, engrossando o Movimento dos Sem-Terra, ou migrar para a cidade, passando à condição de desempregado urbano.

Indústria

Os efeitos sobre a pequena e média indústria, para alguns setores como os de calçados, têxteis e outros, são muito semelhantes àqueles sofridos pela pequena produção agrícola. Da mesma forma e pelas mesmas razões, aqueles situados no sul do País são os mais atingidos pela competição com os produtos importados.

As grandes indústrias, sobretudo aquelas que atuam em escala transnacional, são as grandes beneficiárias deste processo. Além de obterem maior liberdade e flexibilidade para optar pela localização que mais lhes convém, e a partir daí suprir não só o mercado interno, mas exportar em condições mais favoráveis, possuem poder de pressão sobre os governos para se beneficiar também dos instrumentos de proteção negados aos pequenos produtores.

Segundo Gilberto Dupas, membro do

Instituto de Estudos Avançados da USP, "perto de 60% desse comércio está ocorrendo no setor inter-industrial, beneficiando as empresas transnacionais, que nele encontram um adequado colchão de proteção mais que compensando o alto custo sistêmico da região."¹⁴

O maior exemplo é o da indústria automobilística. A Ford e a Volkswagen, indústrias instaladas tanto aqui quanto na Argentina, respondem, juntas, por cerca de 50% do total de veículos importados vendidos no País. E de cada dez carros importados pelo Brasil, seis são produzidos na Argentina. Somente em 1997, o crescimento das importações de automóveis provenientes dos países do Mercosul teve um crescimento de 66%.¹⁵

Com a abertura irrestrita das fronteiras, a localização das indústrias

passa a ser questão de logística e de redução de custos. Alguns modelos são produzidos em um ou outro país, e daí exportados para os demais. Em alguns casos, o mesmo modelo é produzido no Brasil e na Argentina, e uma parte da produção é exportada para o Brasil.

O exemplo da indústria automobilística se aplica a diversos setores produtivos que compõem a economia destes países. Deixa claro o que significaria para o Brasil, que possui um parque industrial relativamente desenvolvido em relação aos seus demais parceiros no Mercosul, a implementação da Alca nos mesmos moldes em que se deu a do Mercosul: o livre ingresso dos bens produzidos pela indústria norte-americana transformaria em sucata boa parte do setor industrial brasileiro.

14 DUPAS, Gilberto, O risco de uma imposição americana, *Jornal do Brasil*, 12/10/97, p.11.

15 FOLHA DE SÃO PAULO, 18/1/98, Caderno Dinheiro, p. 12.

O meio ambiente

“Ainda no âmbito da cooperação regional, os dois mandatários... reiteraram o inegável significado, para a região, da Hidrovia Paraguai-Paraná, que permite a saída ao Oceano Atlântico das riquezas produzidas em sua área de influência, no coração da América do Sul. Destacaram o interesse em que os melhoramentos a serem realizados na Hidrovia resultem de uma ação concertada e ambientalmente sustentável dos cinco países da Bacia do Prata, de forma a contribuir para o desenvolvimento integrado da região.”

(Declaração Conjunta da visita de Estado do Presidente da República Federativa do Brasil à República Oriental do Uruguai – Montevideú, 4-6/5/97)¹⁶

Uma questão delicada que se coloca nos processos de integração regional é a da harmonização da legislação ambiental do conjunto de seus países-membros. A razão principal é que, implantada a livre circulação de mercadorias, diferenças significativas nas exigências de respeito ao meio ambiente implicariam em custos de produção diferenciados. Tais diferenças nos custos de produção alterariam a competitividade, prejudicando aqueles países que possuem normas mais rígidas, exigindo portanto maiores dispêndios, em prejuízo do custo final dos bens produzidos.

No caso do Mercosul, esta harmonização dos instrumentos jurídicos relativos ao meio ambiente encontra-se ainda longe de ser resolvida. Um projeto de acordo que no momento vem sendo elaborado pelo Subgrupo de Trabalho 6 do Mercosul – o de meio ambiente – encontra sérias resistências para ser aprovado, fato que daria base para a assinatura de um protocolo adicional, a ser incorporado ao Tratado de Assunção.

Como se vê, a questão é tratada do ponto de vista estritamente comercial pelo Subgrupo de Trabalho: não se prende propriamente à preservação do meio ambiente, mas aos inte-

resses dos grandes grupos nacionais e internacionais envolvidos.

Atualmente, o projeto elaborado pelo Subgrupo 6 conta com apoio total dos governos do Brasil, Paraguai e Uruguai, mas encontra fortes resistências por parte do governo da Argentina. Segundo este último, o projeto de harmonização elaborado nivela os graus de exigência àqueles previstos na legislação brasileira, considerada aquela que possui os maiores padrões de exigência dentre os dos países componentes do bloco.

As normas paraguaias e uruguaias encontram-se em um patamar muito baixo de exigência, sendo consideradas incipientes. Já as argentinas são situadas em uma posição intermediária entre as daqueles dois países e as brasileiras. O governo argentino alega que, embora necessária, a harmonização deve se dar a partir de uma posição em que todos os países façam concessões aos demais. Em outras palavras, defende que a harmonização se concretize em padrões inferiores ao previstos na legislação brasileira.

A Argentina teme que, da forma com que foi apresentado, o projeto venha a prejudicar seus exportadores, podendo até mesmo impedir a entrada

de produtos nos demais países, em caso de descumprimento das normas. Mas as divergências não se limitam apenas a este aspecto:

“Outro ponto de conflito com relação à assinatura do protocolo é o da certificação das atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente. A Argentina sustenta que a decisão não diz respeito aos governos, mas ao setor privado ou ao próprio mercado. Existe também o problema das concorrências provinciais, que, segundo a chancelaria argentina, seriam invadidas com a aprovação do protocolo.”¹⁷

Ainda do ponto de vista ambiental, outra questão que assume extrema relevância é a integração física em nível regional. Diversos megaprojetos rodoviários e hidroviários vêm sendo projetados e desenvolvidos, neste sentido, no Cone Sul. Dentre estes, o projeto da hidrovia Paraguai-Paraná parece ser o mais temível em termos de impactos ambientais previsíveis (ver box).

A Hidrovia é um projeto que se propõe a abrir uma canal de grande profundidade nos rios Paraguai e Paraná, de modo a permitir a passagem de comboios de até 20 barcaças durante os 365 dias do ano, 24 horas

16 BOLETIM DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. Ministério das Relações Exteriores. n.º 20, janeiro/junho 1997, p. 119.

17 ARGENTINA não quer protocolo ambiental. *Gazeta Mercantil*, Semanário do Mercosul, 7/9/97, p. 3.

por dia. O projeto é impulsionado pelos governos dos cinco países mencionados.

Os trabalhos de engenharia para melhorar a navegação incluem retificação de curvas dos rios, eliminação de obstáculos naturais, dragagem e canalização do leito dos rios e construção de terminais portuários.

Como já ocorreu em obras similares (Mississipi, Reno, Danúbio), obras que inicialmente seriam "pequenas" terminaram, certamente, requerendo alterações permanentes e cada vez maiores dos rios, com impactos e custos igualmente superiores aos previstos.

A Coalizão Rios Vivos é certamente

o melhor exemplo, no âmbito de nossa região, de mobilização da sociedade civil no sentido de enfrentar tais desafios, bem como lutar pela participação da sociedade na busca de alternativas a estes megaprojetos.

Rios Vivos reúne algumas centenas de organizações ambientalistas, grupos indígenas, pescadores artesanais, cientistas independentes e movimentos locais da Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, além de pessoas e grupos da Europa e dos Estados Unidos.

Os principais interessados no projeto são, em primeiro lugar, os grandes cultivadores de soja da

Bolívia, Paraguai e Brasil, cuja produção se multiplicou nos últimos anos, e que desejam exportar em condições mais vantajosas para os mercados europeu e asiático. O setor mineiro destes países (ferro, manganês etc) também está interessado na construção da hidrovía, assim como os exportadores do setor madeireiro, o que aumentará o desmatamento de florestas naturais.

"Entre as opções que se manejam para financiar o megaprojeto, encontram-se empréstimos de bancos multilaterais, como o BID e o Banco Mundial, ou a concessão a empresas privadas que cobrariam pedágio aos usuários.

A maior parte dos estudos independentes aponta que as obras da hidrovía alterariam o ciclo hidrológico da bacia do Prata, o que por sua vez provocaria uma diminuição da área inundada do Pantanal e a deterioração de toda a cadeia de umidade que segue ao longo dos rios Paraguai e Paraná. A importância da alteração do equilíbrio hídrico do Pantanal vincula-se não somente com a deterioração do habitat da variadíssima fauna que ali vive, mas também ao fato de que o Pantanal regula o ciclo de inundações rio abaixo.

O efeito combinado das obras de engenharia provocaria a erosão do leito do rio, com severas consequências sobre todo o ciclo hidrológico da bacia.

A permanente passagem de barcas (calcula-se que na época de safra da soja percorrerá a Hidrovía um trem de barcas a cada 90 minutos durante as 24 horas do dia), e a deterioração da qualidade

da água, atentarão contra a riqueza de peixes dos rios, principal meio de subsistência das populações ribeirinhas, e aumentará o risco de vazamentos de combustíveis e acidentes.

Os estudos mencionados assinalam que os maiores impactos sociais negativos decorrerão do desenvolvimento induzido que necessariamente se seguirá à construção da Hidrovía: decomposição dos estilos de vida tradicionais da região, extensão da fronteira agrícola, com a conseqüente pressão sobre as terras dos povos indígenas, migração para cidades que carecem de serviços elementares para receber correntes migratórias, aumento de determinadas enfermidades, redução das atividades turísticas etc.

Contrariamente ao que anunciam os discursos oficiais, megaprojetos como o da Hidrovía não beneficiarão ao conjunto da sociedade.

Boletim Rios Vivos, nº 3, janeiro de 1997

Não é exagero concluir que serão os cidadãos dos países envolvidos que terminarão pagando o projeto. Porque os empréstimos dos organismos

financeiros internacionais são concedidos aos Estados, e são pagos com os impostos cobrados de todos, e porque os custos sociais e ambien-

tais derivados da deterioração dos recursos naturais (que a todos pertencem) não foram incluídos nos custos do projeto."¹⁸

Integração Regional e Desenvolvimento Sustentável

A expressão *desenvolvimento sustentável* vem, desde o início dos anos 90, sendo aplicada com diversos significados e, sobretudo, apropriada para os mais diversos fins. Por esta razão, tratemos de esclarecer, logo de início, o sentido que tem para nós esta mesma expressão. Não tratamos aqui de avançar na definição de termo tão complexo e polêmico, mas simplesmente de pontuar seus aspectos mais relevantes, em especial no que toca ao processo de integração regional latino-americano.

- ◆ Por tratar-se da região onde as desigualdades na distribuição da riqueza e da renda são as maiores do mundo, o tema do desenvolvimento sustentável deve merecer significado especial para nós no que toca à apropriação proporcionalmente desigual dos recursos naturais no âmbito das sociedades envolvidas.
- ◆ A utilização final dos recursos naturais, dos quais nossa região é especialmente dotada, deve ser considerada com igual atenção. Nossos recursos naturais devem estar a serviço da superação da pobreza e do acesso a condições dignas de vida de nossas populações. O modelo exportador adotado pelos países da região se opõe frontalmente a estes objetivos sociais.
- ◆ Da mesma forma que nos países altamente desenvolvidos, a pequena parcela da popula-

ção da região detentora de uma enorme fatia da riqueza e da renda apresenta padrões de consumo incompatíveis com a preservação do meio ambiente.

Assim como no caso da inserção acelerada à economia globalizada, o incremento do comércio internacional decorrente dos processos de integração regional deve merecer atenção especial em nosso caso: a pauta de exportações de nossos países é ainda predominantemente composta de matérias-primas e produtos semi-elaborados. A pressão sobre os recursos naturais, dentro de um panorama que não contempla uma nova distribuição internacional da produção, representa um horizonte de maior destruição da natureza.

Os processos de integração regional, por outro lado, apresentam excelentes oportunidades para que as questões ambientais sejam contempladas de forma mais adequada, em diversos aspectos. Como sabemos, a poluição do ar e da água, por exemplo, não respeita limites formais de fronteiras.

A defesa da qualidade de vida sob a forma da luta pela preservação do meio ambiente é um dos temas em que as sociedades civis do planeta apresentam maior grau de consciência e mobilização. Como dizem os militantes do ramo, a questão é demasiadamente séria para ser deixada nas mãos de nossos governantes.

Democracia e justiça social em blocos

Enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que as demissões na indústria automobilística brasileira não são problema dele, a Cúpula Social da União Européia discute medidas conjuntas para combater o desemprego.

Enquanto a União Européia tem no Parlamento Europeu, órgão supranacional, um importante centro de decisões, o presidente norte-americano, Bill Clinton, luta para que o Congresso norte-americano lhe conceda amplos poderes para negociar com os países da região o processo de formação da Alca. E, para horror daqueles que ainda não aceitaram as crescentes desigualdades sociais como fato consumado, argumenta:

“Nós temos 4% da população do mundo e controlamos 22% da riqueza do mundo. Se queremos manter essa fatia de riqueza, nós precisamos vender para os outros 96% da população.”

Sem dúvida, os graus de participação da sociedade nos processos decisórios dos diversos blocos existentes, como o Nafta, Mercosul e União Européia, são bastante distintos. E é justamente no caso europeu, onde os mecanismos de participação são, comparativamente, os mais aperfeiçoados, que as questões relativas ao bem-estar social merecem as maiores atenções.

A própria adesão de boa parte dos países da Europa a seu mercado comum foi objeto, em muitos deles, de plebiscito. Mais recentemente, embora por pequena margem, a população da Noruega, temendo a redução de direitos sociais duramente conquis-

tados, rejeitou o ingresso de seu país na Comunidade Econômica Européia.

Da mesma forma, ao contrário do que ocorre no Nafta e no Mercosul, onde os poderes executivos possuem ampla independência para a tomada de decisões, o Parlamento Europeu é uma instituição de caráter supranacional, concedendo àquele bloco um caráter de participação bem mais amplo do que aquele que observamos em nossa região.

“Enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que as demissões na indústria automobilística brasileira não são problema dele, a Cúpula Social da União Européia discute medidas conjuntas para combater o desemprego”

Por conseguinte, no campo da sociedade civil propriamente dita, o acesso à participação nos processos decisórios é ainda limitado na Europa. Mas é certamente a União Européia aquela em que as entidades civis organizadas encontram maior espaço para exercer seu poder de pressão.

Ainda que de forma igualmente considerada insatisfatória, a União Européia é a única que se utiliza de “medidas compensatórias”, como forma de recuperar a capacidade competitiva de determinados segmen-

tos ou de apoiar financeiramente determinadas regiões ou países considerados mais pobres (como, mais recentemente, quando do ingresso de Portugal e Espanha ao bloco).

Não pretendemos detalhar aqui a questão da participação da sociedade nos processos de integração regional, focalizada na terceira seção deste Caderno. Desejamos lembrar apenas que a questão da informação é essencial para assegurar a participação efetiva da sociedade civil.

Recentemente, uma notícia de jornal informava que, em uma reunião entre representantes do Governo Federal e políticos da Região Nordeste, estes últimos cobraram do governo providências no sentido de que sua região fosse também incluída no Tratado do Mercosul. Certamente, como muitos brasileiros, julgavam que o “SUL” de Mercosul restringiria o acordo à região Sul do Brasil.

Não há dúvidas de que tratados de integração regional apresentam um amplo potencial de benefícios para as populações envolvidas. Mas acreditamos que este potencial só pode ser transformado em realidade através da participação efetiva das sociedades que compõem este mercado comum, hoje em fase de formação. Estar bem informado é condição essencial para participar de modo efetivo. E as informações trazidas pelos meios de comunicação tradicionais são em geral inacessíveis à compreensão de diversos segmentos da sociedade.

A respeito desta última questão, são interessantes os resultados de recente pesquisa realizada com jovens secundaristas uruguaios:

Os jovens do Uruguai e o Mercosul

Os jovens de hoje são o verdadeiro Mercosul de amanhã. Estamos preparando e formando os jovens para este futuro tão próximo? Quem e como o está fazendo? Estas foram algumas das perguntas para as quais o Instituto de Comunicação e Desenvolvimento (I.C.D), do Uruguai, procurou obter respostas junto a instituições de ensino secundário daquele País.

A pesquisa perguntou aos jovens sobre seus conhecimentos acerca do Mercosul, suas fontes de informação, a participação do sistema educativo nessa informação e a percepção dos adolescentes sobre o processo de integração, bem como dos países que o compõem.

Os resultados mostram que mais de 90% dos jovens de Montevideu ouviu falar alguma vez do Mercosul. Sem dúvida, a informação que possuem se refere basicamente a questões gerais. Se observam fortes níveis de desconhecimento: existe inclusive muita confusão e desinformação sobre quais são os países que integram o Mercosul.

A fonte primordial de informação sobre o Mercosul, mencionada por 70% dos entrevistados, é a televisão, e só 19,6% expressaram haver rece-

bido na escola material sobre o processo de integração.

A grande maioria dos jovens considera que será positiva para o Uruguai, mas não visualiza para o país um papel específico dentro da mesma.

Se observa uma avaliação claramente favorável a respeito do impacto que o Mercosul terá no mercado de trabalho. Os jovens consideram que gerará novas oportunidades de emprego e de maior intercâmbio cultural. Os jovens uruguaios aparecem com uma visão otimista frente à integração e parecem não crer que o Mercosul possa implicar em menores possibilidades laborais ou maior desocupação.

Existe nos jovens um importante grau de vinculação com a Argentina e o Brasil, consequência talvez de que quase a metade dos entrevistados viveu ou tem familiares em algum país do Mercosul. Sem dúvida, se observa certa distância frente aos argentinos e uma tendência a não considerar ou a fazê-lo desfavoravelmente em relação ao Chile, Paraguai e Bolívia, países mais alheios e distantes da realidade dos jovens de Montevideu.

III - Mercosul, Alca, presente e futuro do Brasil*

Atila Roque**

Agenda social e participação

Embora possamos identificar progressos feitos desde a assinatura do *Tratado de Assunção*, em 1991, a contemplação de temas sociais tem sido mantida em um plano secundário, diante dos objetivos econômicos do Mercosul. Entre as decisões tomadas em Ouro Preto, no final de 1994, não existe nenhuma relativa às relações trabalhistas, ao

emprego e à seguridade social. Segundo afirma Rafael Freire Neto, Diretor da Executiva Nacional da CUT-Brasil, responsável pelo Mercosul:

“Os governos desconhecaram totalmente os aspectos sociais e políticos que o atual estágio do processo de integração envolve, negando uma realidade já constatada: a regionalização do mercado de trabalho no Mercosul. (...) Assim como fizeram no âmbito das políticas produtivas, os governos deixarão que a livre competição regule o funcionamento do mercado de trabalho e as relações trabalhistas, recusando-se a admitir o aumento da interdependência comercial, da associação empresarial, do traslado de empresas entre os quatro países e da articulação da produção que vem sendo promovida principalmente pelas empresas multinacionais. Como consequência dessas decisões, os trabalhadores não disporão de proteção e nem de instrumentos de fiscalização e de negociação para enfrentar os efeitos que a nova situação comercial e econômica produzirá, principalmente sobre empregos e salários.”¹⁹

Freire Neto também destaca um certo esvaziamento dos subgrupos de Política Industrial e de Política Agrícola, que tiveram um papel secundário no processo definidor da Tarifa Externa Comum (TEC) e do Critério de Origem (CO), acordados em Ouro Preto. Tanto as representações empresariais, quanto as centrais sindicais, não tiveram papel significativo nessas negociações, conduzidas estritamente pelas áreas econômicas; e as reivindicações dos setores sindicais, como o estabelecimento de um Fundo de Apoio à Reconversão Produtiva e à promoção da coordenação de políticas setoriais, não foram contempladas.

Até o momento, as prioridades governamentais estão restritas ao gerenciamento da TEC (e do seu cronograma de implementação), deixando quase que sem nenhuma atenção áreas estratégicas como harmonização das políticas comerciais, das políticas de investimentos produtivos e sociais, criação de organismos supra-nacionais etc.

Articulação entre as sociedades civis

Ultrapassar as fronteiras nacionais, fortalecer laços de solidariedade, compartilhar da diversidade que engrandece e inspira a cultura latino-americana, esses são os grandes desafios para uma ação internacional coordenada entre as sociedades civis do Mercosul. A integração vista pelo

seu aspecto mais positivo, implica, necessariamente, nas possibilidades trazidas por um intercâmbio político, econômico e cultural que aproxime os nossos povos.

Somente uma estreita cooperação entre as sociedades civis produzirá as condições para que a agenda do

Mercosul seja ampliada para além dos interesses das burocracias privadas e governamentais. As conquistas alcançadas pelos processos de democratização que varreram a América Latina, em particular o Cone Sul, nas últimas décadas, têm que ser refletidas nos mecanismos de gestão do

* Este artigo é uma versão reduzida e adaptada de um trabalho feito no contexto do projeto “Mercosul e o Impacto da Integração Regional”, coordenado pelo ICD - Instituto de Comunicación y Desarrollo, em Montevideo.

** Coordenador do Programa de Globalização do Ibase e diretor da ABONG.

¹⁹ “A Ação da CUT frente ao Mercosul”. Versão distribuída através da conferência eletrônica <cut.brasil>, na rede AlterNex.

Mercosul. Mais do que nunca, em tempos de globalização, impõe-se o desafio de pensar e agir em todas as esferas: local, nacional e internacional.

Importantes progressos já foram feitos em termos de coordenação entre as centrais sindicais dos países do Mercosul. Num período de quatro anos, a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) conseguiu se consolidar e articular a participação sindical em diversos momentos do processo de integração. Na área agrícola, estão em curso algumas articulações envolvendo federações de agricultores e organizações ligadas aos pequenos produtores. Em alguns setores chegou a ser alcançado uma coordenação entre sindicatos e, algumas vezes, com as esferas empresariais correspondentes: metalúrgicos, construção, bancários, pneus e outros.

Uma das propostas mais promissoras nascida da articulação sindical é a de elaboração, no âmbito do Mercosul, de uma Carta de Direitos Fundamentais. A proposta foi elaborada e apresentada aos chefes de Estado dos quatro países em Colonia del Sacramento, no Uruguai, em janeiro de 1994. A Carta é um documento amplo que não fica restrito à pauta de reivindicações estritamente tra-

*“Somente uma estreita
cooperação entre as
sociedades civis
produzirá as condições
para que a agenda do
Mercosul seja ampliada
para além dos interesses
das burocracias
privadas e
governamentais”*

balhistas, buscando a expansão dos limites da cidadania e dos direitos sociais. Com isso constitui-se em um documento propício ao diálogo entre o setor sindical e outras instâncias das sociedades civis.

Este último ponto talvez seja o maior desafio para a articulação internacional no Mercosul. Apesar dos progressos feitos pela articulação sindical, em particular no Brasil, ainda são poucas as iniciativas que reúnem um leque mais diversificado de setores e interesses da sociedade, tais como movimento ambientalista, mulheres, consumidores etc. Somente a partir de uma coordenação desse tipo seremos capazes de traduzir, nas ações orientadas para o processo de

integração, a diversidade de agendas envolvidas na luta por uma cidadania plena, democrática e não-excludente.

Neste sentido, a experiência brasileira da “Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida”, por sua capacidade de mobilizar e integrar nas suas ações um universo extremamente diversificado de atores sociais (movimentos sociais, igrejas, associações de bairros, movimentos comunitários, instituições culturais, mídia etc), além de pessoas individualmente, tem muitas lições a ensinar. Afinal de contas, a integração regional somente valerá a pena, de fato, se servir à promoção de direitos culturais, políticos e econômicos à totalidade das nossas sociedade, rompendo com a lógica perversa da produção de exclusão e *apartheid* que perpassa a lógica dominante da globalização.

Desta maneira também estaremos construindo, no âmbito regional, a base política comum que nos permitirá uma autêntica articulação entre o processo de integração e os compromissos assinados pelos chefes de governo durante o *ciclo social* de conferências das Nações Unidas, em particular na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social, em Copenhague (1995).

Mercosul, Alca e Cidadania

Um primeiro aspecto que merece reflexão em relação ao Mercosul e à Alca reside nas características bastante diferenciadas das duas iniciativas. O Mercosul tem uma clara intenção de avançar em direção à constituição de um mercado comum - o que vai mais além de uma simples liberalização tarifária - a Alca é um processo de constituição de uma zona de livre comércio.

Uma avaliação adequada da Alca, do ponto de vista da cidadania, deve indagar quem ganha e quem perde com esta iniciativa. A experiência do Nafta, por exemplo, demonstrou que o custo social que os processos deste tipo produzem é importante, inclusive em países fortes como Estados Unidos e Canadá, para não mencionar o preço que o México pagou. A deterioração do emprego, a maior mobilidade das empresas, a flexibilização laboral, são alguns dos aspectos negativos observados, que por sua vez agravam a exclusão social.

As grandes beneficiárias são as grandes empresas transnacionais, com capacidade suficiente de usufruir plenamente das vantagens oferecidas por um

sistema que acaba por favorecer uma atitude de "quanto pior melhor", em países que disputam a preferência das inversões estrangeiras. A competição por um mercado liberalizado, os direitos dos trabalhadores e os deveres sociais das empresas se tornam objeto de negociações. O resultado, quase sempre, é a perda dos direitos para os trabalhadores e menores obrigações sociais (incluindo impostos) para as empresas.

Ao conseguir fazer prevalecer sua posição, contrariando as intenções dos Estados Unidos de apressar o processo, o Mercosul enfrenta o dilema de qual é a melhor atitude a tomar em relação à Alca, e como garantir que sua implementação não cause prejuízos ao bloco.

Estamos na presença de uma das principais questões incluídas na agenda para a globalização, ou seja, como constituir espaços de regulação em um mundo cada vez mais desregulamentado. Quais são os critérios que devem prevalecer e quais são os interesses a serem privilegiados? Este é um debate do qual as organizações da sociedade civil não podem, sob nenhuma circunstância, estar ausentes.

Integração regional e globalização

Examinando a questão do Mercosul no contexto da globalização, fica evidente, por um lado, uma estratégia por parte das lideranças regionais de buscar um melhor posicionamento no cenário desregulado e competitivo dos anos 90. É sintomático que o processo

ganhe impulso justamente no momento em que a maior parte das economias latino-americanas, em particular os países do Cone Sul, já empreenderam processos de reestruturação econômica inspirados no modelo de ajuste estrutural propostos pelo Banco Mundial e

pelo FMI. Por outro lado, a motivação comercial, como objetivo prioritário na estratégia brasileira, foi indicada sem meias palavras em palestra feita pelo Embaixador Sebastião Rego Barros Neto, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

“ Para o Brasil, o mercado sul-americano é especialmente atraente, não apenas por suas dimensões e perspectivas de crescimento, mas também por suas características peculiares. Trata-se do mercado de maior absorção relativa de produtos manufaturados brasileiros e, portanto, de bens de maior sofisticação tecnológica e agregação econômica. Num balanço entre os diversos mercados de produtos brasileiros, calcula-se que cerca de 50% de nossas exportações para a União Européia e de 70 a 80% de nossas exportações para os Estados Unidos são de produtos manufaturados; no caso do mercado sul-americano, este percentual atinge a cifra expressiva de 90%. Quando se tem em conta que nos últimos anos houve uma desaceleração do crescimento da participação percentual de produtos manufaturados em nossa pauta de exportação, esta cifra torna-se ainda mais significativa.”²⁰

É fundamental, portanto, garantir que sejam criados mecanismos eficientes de participação de todos os setores envolvidos no processo de integração regional, de modo que não fique tudo submetido às “livres forças” do mercado. A questão da institucionalidade democrática e do máximo de transparência sobre as informações do Mercosul - fatores decisivos para uma efetiva participação dos setores sociais afetados

- são aspectos fundamentais para que se criem limites efetivos à ação dos interesses econômicos, particularmente os das empresas transnacionais. A abertura dos nossos mercados deve estar fortemente condicionada às prioridades éticas e políticas da cidadania, e não o contrário.

A experiência de outros processos de integração, como é o caso do Nafta, nos ensinou que o impacto

social da integração pode ser dramático, a despeito da retórica neoliberal. Neste sentido, os movimentos de maior coordenação e cooperação que vêm se verificando no âmbito dos movimentos sociais, em particular o sindical, e das ONGs dos países do Nafta e do Mercosul, passam a ter um papel cada vez mais central na promoção de uma agenda social e democrática nos processos de integração regional.

IV - A ação da CUT frente ao Mercosul*

Mercado de trabalho e direitos sociais

Dentre as decisões de Ouro Preto, não existe nenhuma relativa às relações trabalhistas, ao emprego e à seguridade social. Os governos desconheciam totalmente os aspectos sociais e políticos que o atual estágio do processo de integração envolve, negando uma realidade já constatada: a regionalização do mercado de trabalho no Mercosul.

As justificativas para o não tratamento das questões laborais - tanto na finalização da primeira fase, quanto na definição da nova agenda do subgrupo de Relações Trabalhistas (para o período 1996/2000) - baseiam-se no fato de que nesse período ainda não haverá "a livre circulação da mão-de-obra".

Assim como fizeram no âmbito das políticas produtivas, os governos deixarão que a livre competição regule o funcionamento do mercado de trabalho e as relações trabalhistas, recusando-se a admitir o aumento da interdependência comercial, da associação empresarial, do traslado de empresas entre os quatro países e da articulação da produção que vem sen-

do promovida principalmente pelas empresas multinacionais.

Como consequência dessas decisões, os trabalhadores não disporão de proteção e nem de instrumentos de fiscalização e de negociação para enfrentar os efeitos que a nova situação comercial e econômica produzirá, principalmente sobre os empregos e os salários.

Quais podem ser os efeitos do novo estágio de integração sobre o mercado de trabalho?

- ◆ a redução de empregos e salários, devida ao impacto do livre comércio intra-Mercosul - podendo afetar setores inteiros nos países menores e alguns segmentos e/ou regiões fronteiriças no caso do Brasil;
- ◆ o deslocamento geográfico de empresas - devido à convivência entre índices de nacionalização e tarifas de importação diferenciados, empresas de alguns setores específicos podem deslocar-se de um país a outro em busca de alíquotas mais baixas de insumos, partes e componentes,

mantendo-se no mercado de seu país de origem;

- ◆ mobilidade e liberdade das multinacionais para desenvolver sua produção - que poderão desenvolver um processo de produção integrado - comprando matérias-primas num país e industrializando no outro; fazendo partes de um mesmo produto em países diferentes; promovendo o deslocamento de empresas provedoras de partes e insumos etc;
- ◆ subcontratação de serviços e de mão-de-obra - contratação de empresas de um país pelo outro, utilizando mão-de-obra temporária de seu local de origem, para a realização de empreitadas e tarefas-, com a diferenciação salarial existente entre os quatro países, a tendência será o rebaixamento dos padrões salariais.

Em todos esses exemplos, a redução dos custos de produção - entre eles os salários e encargos sociais - será uma prioridade, justificada como exigência para o aumento da competitividade das empresas nos quatro países.

As políticas produtivas

Na metade de 1993, as negociações entre os governos do Mercosul já apontavam para uma mudança importante na pretensão inicial de harmonização das políticas produtivas. Os subgrupos de Política Industrial

e de Política Agrícola foram visivelmente esvaziados e não participaram de decisões importantes como Tarifa Externa Comum - TEC e Critério de Origem - CO, que deveriam ter sido estabelecidos com base nos diagnós-

ticos de competitividade que esses estavam desenvolvendo, e não por uma decisão política das áreas econômicas, como a que ocorreu. Desta forma, nem as representações empresariais e nem as centrais sindicais ti-

* Mercosul: presente e futuro. Extraído da página WEB da CUT.

veram acesso e participação nessas negociações.

Ao contrário do inicialmente previsto, os quatro governos decidiram promover um acordo estritamente comercial, onde a TEC e o CO, dois elementos centrais para a vigência da União Aduaneira e para a harmonização de políticas macroeconômicas, foram enfocados como instrumentos de comércio e de controle de preços.

Futuro da integração

Para analisar o futuro desse processo de integração é preciso atentar para dois aspectos: a prioridade está na sustentação dos planos de ajuste anti-inflacionários e os compromissos externos do Mercosul.

No final de 1994 os países foram alertados (pela crise mexicana) para o perigo do *déficit* comercial, o que levou a Argentina (março 1995) a propor a elevação do quadro geral de tarifas externas. Ao mesmo tempo, o Brasil propôs a adoção de "listas móveis de tarifas de exceção", elevou as tarifas de importação de alguns setores (têxteis, calçados) e estabeleceu cotas de importação para os automóveis. Em ambos os casos as motivações foram a sustentação dos planos de ajuste interno.

Na Resolução do 5º Congresso Nacional da CUT sobre o Mercosul (maio/1994), levantou-se como um dos aspectos centrais as modificações que estavam em curso no processo de integração e suas possíveis repercussões: "...Com a abertura da economia brasileira, da mesma forma que já ocorreu nos demais países do Mercosul, torna-se pouco interessante o estabelecimento de um bloco de eco-

nomias complementares e tenderá a crescer a opção por uma zona de livre comércio, integrando-se assim no processo já em curso, em todo o continente americano, hegemônico pelo Nafta."

Em todo esse processo, temas fundamentais como políticas de promo-

ção e reconversão produtivas foram reduzidos a diretrizes bastante genéricas. As reivindicações sindicais de estabelecimento de instrumentos e medidas como um Fundo de Apoio à Reconversão Produtiva e a promoção da coordenação de políticas setoriais, visando garantir um maior equilíbrio entre os setores e regiões, entre os países maiores e os menores, foram desconsideradas.

nomias complementares e tenderá a crescer a opção por uma zona de livre comércio, integrando-se assim no processo já em curso, em todo o continente americano, hegemônico pelo Nafta."

Esse é o outro aspecto importante na definição do futuro do Mercosul: o peso dos compromissos dos acordos comerciais externos. A negociação dos Acordos de Livre Comércio com países e blocos mais poderosos e desenvolvidos, como Nafta e União Eu-

ropéia, resultará em pressões pela manutenção de uma baixa institucionalidade, pela não harmonização de políticas macroeconômicas e pelo estabelecimento de políticas comerciais e de investimentos diferenciadas.

Esses acordos influirão na própria formatação do Mercosul, pois se eles visam a constituição de zonas de livre comércio - hemisférica e inter-hemisférica - a quem se aplicará a Tarifa Externa Comum? Aparentemente apenas aos asiáticos - o que sem dúvida interessa às economias norte-americana e europeia na disputa mundial por mercados.

Diante disso, cabe perguntar: o Mercosul manterá sua decisão de completar a União Aduaneira e preparar a constituição do Mercado Comum, ou permaneceremos como uma Zona de Livre Comércio com acordos diferenciados de vantagens tarifárias?

Apesar do prosseguimento no processo para a implantação da União Aduaneira e de preparação de temas de longo prazo (agenda 2000), as prioridades governamentais restringem-se ao gerenciamento da finalização da Tarifa Externa Comum. As pautas de trabalho dos



subgrupos (aprovadas em dezembro de 1995) são um exemplo desse reducionismo. Uma União Aduaneira implica muito mais que isso. Sua

vigência requer a harmonização de políticas comerciais, de investimentos, produtivas e sociais e comporta também a conformação de organis-

mos supranacionais - todas essas questões que estão fora do horizonte governamental, pelo menos a médio prazo.

Estratégia de ação sindical

O maior saldo político da nossa participação nesse processo é o de termos avançado na coordenação de uma ação sindical com as centrais sindicais dos demais países do Mercosul. Num período de quatro anos a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS se consolidou e, apesar das dificuldades, articulou a participação sindical nos fóruns institucionais.

Também se avançou na organização conjunta dos sindicatos de alguns ramos importantes, como metalúrgicos, construção, bancários, pneus e outros. Em alguns desses setores foi possível estabelecer alguns fóruns de negociações de propostas comuns com os setores empresariais correspondentes.

Essa atuação nos permitiu um acúmulo de informações e conhecimento de nossas realidades, fatores fundamentais para a formulação de nossa estratégia. Nossa atuação foi de oposição ao modelo de integração que está sendo desenvolvido, mas ao mesmo tempo temos apresentado uma série de propostas concretas e conseguimos, em alguns casos, modificar decisões.

Mas é inegável que os resultados alcançados foram muito poucos. Em grande parte refletem a natureza excludente e antipopular do projeto de integração, mas são também o reflexo da fragilização do poder de pressão dos sindicatos, devida à ação devastadora do modelo econômico e político que vem sendo implementado e que tem gerado desemprego, desqualificação profissional e marginalização de setores sociais cada vez mais numerosos.

Este quadro é resultante de condições que extrapolam as fronteiras nacionais e, portanto, exige que se avance cada vez mais na construção de uma ação sindical regional.

A CUT é uma das fundadoras da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul - CCSCS (integrada pela CGT e FS do Brasil, CGT da Argentina, CUT do Paraguai, CUT do Chile, COB da Bolívia e PIT/CNT do Uruguai) e deve desenvolver mais e melhores esforços para garantir o seu avanço organizativo e a agilização de seu funcionamento, para que a mesma implemente a articulação entre os sindicatos dos diferentes ramos de atividades e se consolide

como interlocutora sindical frente aos empresários, à sociedade e aos organismos do Mercosul.

No documento da CCSCS entregue aos Presidentes em Ouro Preto (dezembro de 1994) reivindicávamos: "A integração regional tem sido uma antiga aspiração das centrais sindicais e dos movimentos populares, para quem esse processo deve transcender os temas econômicos e muito mais os comerciais. As metas que defendemos são a conformação de uma área econômica, social e cultural entre os países do Mercosul e, futuramente, de toda a América Latina, que fortaleça suas negociações com outros blocos econômicos e promova sua inserção na economia internacional a partir das realidades e necessidades locais."

Esses princípios e objetivos continuam fundamentando nossa estratégia - tanto no âmbito da política nacional, quanto regional - e a nossa decisão de lutar pela defesa de nossos direitos, interesses dos trabalhadores e, sobretudo, por uma mudança profunda nos rumos do processo de integração.

Intensificar a organização e a mobilização

A decisão governamental de deixar ao mercado a definição das regras de competição e de integração da produção provocará o crescimento das

disputas empresariais e de demandas do setor privado, principalmente empresariais, pela coordenação de políticas micro e macroeconômicas

- comércio, inversão tecnológica - e principalmente, a coordenação de políticas setoriais.

O atendimento dessas demandas é

uma responsabilidade dos governos - pois a coordenação e harmonização de políticas é fundamentalmente uma atribuição do poder público - que, no entanto, optaram por não promover a integração de políticas micro e macroeconômicas e por subordinar as decisões do processo de integração à sustentação dos “planos internos de estabilização” e aos acordos de livre comércio com os outros blocos.

Para o movimento sindical é fundamental a existência da coordenação de políticas de promoção produtiva, a harmonização de regimes produtivos e a coordenação de políticas e metas estratégicas setoriais. Para que isso ocorra será necessária uma forte pressão política e social, com forte participação dos distintos setores de produção.

O espaço de atuação setorial, ou seja, dos ramos de produção, deve ser valorizado pela ação sindical para buscar negociações tanto com os empresários, quanto com os governos, pressionando pelo incremento da produção e, principalmente, pela elevação do nível de emprego, das condições de trabalho e dos salários.

Dentre as decisões da primeira fase do Mercosul está a realização de Acordos Setoriais Tripartites. Devemos reivindicar que essa decisão seja implementada e pressionar para que

“Os problemas gerados e detectados no Mercosul são parte da agenda nacional, mas a sua solução extrapola as fronteiras nacionais, exatamente pelo grau de interdependência econômica e comercial que impõe aos países”

os mesmos adotem uma agenda que inclua nossas demandas - emprego, salários, qualificação profissional, regimes de produção, mobilidade da produção e da mão-de-obra etc.

Mas para que a negociação setorial ocorra de forma favorável aos trabalhadores, é fundamental que nossas propostas estejam baseadas numa forte organização e capacidade de mobilização.

Para isso é fundamental desenvolver um processo de articulação de nossas estruturas verticais com os sindicatos correspondentes dos demais países, numa ação coordenada com a CCSCS.

As estruturas verticais (confederações, federações, departamentos, en-

tidades nacionais) devem atuar conjuntamente com a CUT Nacional para a criação das Coordenações Sindicais Setoriais - CSS e devem encarar sua atuação nesse âmbito da mesma forma que organizam e preparam suas campanhas salariais e lutas específicas e/ou gerais: sem organização não há mobilização; sem mobilização não há pressão e, sem pressão sobre os patrões e o governo não se consegue nenhuma reivindicação.

As CSS devem estabelecer um plano de atuação conjunta nos quatro países para cumprir os seguintes objetivos:

- ◆ promover encontros, atos e atividades que contem com a participação não só de dirigentes sindicais, mas também delegados e trabalhadores de base;
- ◆ promover o intercâmbio e a integração entre os trabalhadores de base;
- ◆ organizar as Comissões de Trabalhadores envolvendo as diferentes plantas de uma mesma empresa e/ou conglomerado de empresas;
- ◆ pressionar pela realização de negociações coletivas bi, tri ou quadri-nacionais e pela garantia de acesso às informações das alterações decorrentes da integração comercial e produtiva.

Ação sindical solidária

As dificuldades para o enfrentamento das conseqüências sobre o mundo do trabalho do modelo de “acumulação flexível” e a precarização das condições sociais de nossos países têm feito com que o movimento sindical identifique no Mercosul a cau-

sa desses problemas. É preciso lembrar que o modelo de integração que está sendo implementado faz parte da “cartilha neoliberal”, sendo, portanto, conseqüência e não causa daquelas dificuldades.

Os problemas gerados e detectados

no Mercosul são parte da agenda nacional, mas a sua solução extrapola as fronteiras nacionais, exatamente pelo grau de interdependência econômica e comercial que impõe aos países.

O formato definido para o Mercosul

favorece principalmente a livre ação dos grupos multinacionais na região, o que nos coloca o desafio de construir uma ação sindical transnacional.

Com a globalização da economia nós não poderemos enfrentar problemas como o desemprego através de ações defensivas e corporativas, restritas ao âmbito nacional. Pelo contrário, será atuando de forma integrada com os trabalhadores dos demais países que poderemos enfrentar as conseqüências da livre competição comercial e produtiva.

Nos conflitos entre economias com forte desequilíbrio, via de regra a mais forte se impõe, transformando seu interesse próprio no interesse comum. Mas no caso do Mercosul é preciso analisar que, apesar da economia brasileira ser a mais forte e a única ainda a dispor de um parque industrial estruturado, não serão ações de pressão sobre os governos nacionais que decidirão os problemas. Pesarão sobremaneira as estratégias das empresas multinacionais e os compromissos externos, que condicionarão cada vez mais as agendas políticas e econômicas nacionais.

As disputas comerciais se ampliarão com os acordos de livre comércio no plano hemisférico e inter-hemisférico. Para o movimento sindical isso se traduzirá em ampliação das disputas pela preservação dos postos de trabalho, que devem ser enfrentadas conjuntamente, exigindo que o principal ponto da agenda econômica e política internacional seja a questão do emprego. Para o movimento sin-

dical internacional, o cenário atual exige a implementação de estratégias conjuntas para o enfrentamento das estratégias empresariais mundiais, que têm forçado cada vez mais o rebaixamento dos padrões laborais, salariais e de condições de trabalho.

Uma das medidas reivindicadas pelo movimento sindical internacional é a inclusão da "Cláusula Social" em todos os acordos de livre comércio - bilaterais, regionais e multilaterais, como o GATT. De acordo com a proposta, só poderão gozar dos benefícios do livre comércio os países que cumpram os direitos internacionais básicos: liberdade e autonomia sindical; direito de sindicalização; proibição do trabalho dos menores; igualdade de oportunidade e não discriminação de sexo e raça; normas de saúde e segurança no trabalho.

Esta medida visaria impedir a prática do "dumping social" - a redução dos custos do trabalho por descumprimento de legislação - para tornar os produtos exportados mais "competitivos". A CUT apóia a proposta de "Cláusula Social", mas entende que o debate deve ser mais aprofundado.

A CUT defende que no processo de averiguação do "dumping social" os sindicatos dos setores e países envolvidos participem diretamente, tanto para garantir a correção dos problemas, como para evitar o recurso ao embargo comercial como prática protecionista contra os países em desenvolvimento. Antes de se aplicar qualquer medida restritiva do ponto de vista comercial, deve haver um

rigoroso processo de investigação da denúncia e os organismos gerenciadores dos acordos comerciais (OMC, GMC-Mercosul etc) devem ditar as soluções dos problemas laborais. É preciso reforçar a solidariedade e a ação sindical internacional, pois somente com uma ação e pressão unitária se poderá combater efetivamente essa prática que cresce a cada dia, enfraquecendo os sindicatos e colocando trabalhadores contra trabalhadores.

Os Acordos de Integração Comercial e as regras ditadas pelo Acordo do GATT colocam, pois, uma nova realidade para o movimento sindical mundial. Mais que nunca será necessário um forte investimento para a articulação entre as centrais sindicais do Sul e do Norte, e deve ser reforçado o papel dos organismos sindicais internacionais para que possamos enfrentar de forma unitária as conseqüências da globalização da economia e exigir participação e decisão no desenvolvimento dos acordos de livre comércio entre nossos governos.

A CUT deve fortalecer, portanto, a articulação que começou a ser formada em Denver, envolvendo todas as centrais sindicais do hemisfério americano. Deve propor também uma articulação entre a CCSCS e a Confederação Européia de Sindicatos, apoiar a ação da CIOSL/ORIT e dos Secretariados Profissionais nos âmbitos de integração para que eles possam contribuir para a construção de uma ação sindical unitária e solidária, transnacionalizada.

Movimento popular e partidos políticos

Uma das debilidades de nossa ação tem sido a inexistência de coordenação e ação conjunta com outras or-

ganizações do movimento social e popular. O Mercosul afeta a soberania e os interesses de toda a socieda-

de, e a Carta de Direitos Sociais deve ser uma demanda conjunta. Nossa proposta para os partidos

políticos e para o movimento sindical deve ser a de pressionarmos pela democratização do Mercosul.

Para isso devemos propor um movimento pelo:

- ◆ Fortalecimento do papel do Fórum Consultivo Econômico e Social - FCES, e garantias das informações para que possa atuar nas decisões governamentais.

O FCES é um organismo consultivo e, portanto, limitado, mas pode ser

um importante instrumento se for representativo dos principais setores sociais. O FCES poderá se transformar num instrumento de repercussão da sociedade e de pressão política para que o Mercosul realmente promova um desenvolvimento sustentado com justiça social.

- ◆ Fortalecimento da Comissão Parlamentar Conjunta.

Muitas resoluções do Mercosul requerem ratificação parlamentar dos

Estados-Membros. É necessário reforçar os vínculos dos organismos do Mercosul com os Parlaentos nacionais, para que os mesmos possam ter maior participação nas decisões desse processo.

É importante fortalecer a Comissão Parlamentar Conjunta - CPC, apresentando-lhe propostas de ações conjuntas, e promover uma maior articulação com os parlamentares dos partidos políticos que defendam nossas demandas.

Nossas propostas

Os governos optarão pelo aprofundamento da abertura comercial, mantendo a política de desregulação das políticas produtiva e laboral, e sem a existência de organismos multilaterais e comunitários.

Alguns setores empresariais nacionais pressionarão pela adoção de medidas protetivas para as suas áreas e a definição de políticas setoriais comuns, para garantirem condições de competitividade. Alguns grupos empresariais multinacionais, de atuação regional, ao contrário, apoiarão a ausência de políticas macroeconômicas e de coordenação setoriais, o que lhes permitirá dispor de mais liberdade para o planejamento da produção e do comércio.

Ambos se colocarão contra a harmonização de direitos trabalhistas e criação de instrumentos de fiscalização dos mesmos. A redução dos encargos sociais será uma de suas metas.

As organizações sindicais, por outro lado, pressionarão pela adoção de políticas macroeconômicas e setoriais integradas; pela adoção de políticas que promovam a complementariedade comercial e produtiva, criação de instrumentos comunitários de apoio aos processos de reconversão dos setores menos competitivos e promoção do emprego e requalificação profissional; pela adoção de uma Carta de Direitos Fundamentais, com sistemas de controle e aplicação, e pela criação

de organismos comunitários que democratizem o Mercosul.

As considerações acima e a análise das principais decisões tomadas pelos governos apontam para a necessidade de priorizarmos a nossa articulação com o movimento sindical dos demais países, independentemente da agenda oficial, gerando fatos e situações que pressionem pela ampliação dos âmbitos e conteúdos de negociação.

O conjunto de propostas que aprovamos na conferência da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul-CCSCS (dezembro, 1994) deve ser nossa referência para as articulações sindicais setoriais e reuniões com o governo e com os empresários.

Trabalho e desenvolvimento social

É inaceitável que esteja em vigência uma Zona de Livre Comércio e, em fase de complementação, uma União Alfandegária e não existam regras e controles básicos para garantir a harmonização e o cum-

primento dos direitos fundamentais dos trabalhadores.

A proposta de Carta de Direitos Fundamentais apresentada pela CCSCS defende não apenas a regulação dos direitos laborais, mas também a im-

plementação de garantias sociais mais amplas, de interesse de outros setores. É importante que a nossa proposta seja discutida de forma mais abrangente, principalmente com as organizações do movimento popular.

Devemos propor que o Fórum Consultivo Econômico e Social discuta e aprove uma Carta Social, mais ampla, incluindo nosso projeto de Carta de Direitos Fundamentais.

A Carta de Direitos Fundamentais é um instrumento a ser negociado mais amplamente, não excluindo-se nesse processo a adoção imediata de um conjunto de normas de

proteção que garantam a vigência de direitos mínimos e a constituição de mecanismos que permitam a negociação dos conflitos laborais.

Reivindicações

a) Retomada da discussão da Carta de Direitos Fundamentais no âmbito do Mercosul e articulação com outros setores sociais pela sua implementação.

b) Adoção de normas de proteção regional, definição de políticas de promoção do emprego e criação de espaços de negociação tripartites regionais.

- ◆ estabelecimento de um acordo regional com normas básicas de saúde e segurança no trabalho;
- ◆ regulação de mecanismos que

permitam negociações regionais (em nível de empresa e setor);

- ◆ regulação do direito de constituição de comissões regionais de trabalhadores de empresas com presença em mais de um país.

c) Políticas de emprego e formação profissional.

- ◆ realização de diagnósticos setoriais dos efeitos da integração sobre o mercado de trabalho e definição de instrumentos de proteção e de promoção do emprego e da qualificação profissional;

- ◆ adoção de medidas de compensação (seguro desemprego e requalificação profissional) em casos de empresas e de setores que tenham sofrido efeitos diretos da integração.

d) Criação de um espaço de negociação tripartite.

- ◆ reivindicar a instalação de um organismo tripartite para receber, analisar e propor soluções para os conflitos laborais e sociais decorrentes dos impactos de integração.

Políticas produtivas regionais

Muitos dos desequilíbrios do Mercosul têm sua origem na desigualdade do desenvolvimento econômico e social existente dentro dos setores econômicos, entre as regiões assim como

entre as nações consideradas globalmente.

Um processo de integração deve estar baseado na adoção de políticas harmonizadas, voltadas à complementa-

riedade comercial e produtiva, para promover o desenvolvimento harmônico de todos os países-membros, prestando-se especial atenção às regiões de menor desenvolvimento relativo.

Reivindicações

a) Constituição de um Fundo de Apoio à Reconversão e Requalificação Profissional;

b) Implementação das diretrizes de

políticas de promoção e reconversão industrial;

c) Continuidade dos diagnósticos de competitividade para a reavalia-

ção do quadro de tarifa externa, definição do critério de origem e negociação dos Acordos Setoriais Tripartites.

O QUE É A ABONG

Reunimos atualmente 250 ONGs, com destacada atuação na esfera pública, em áreas como direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, meio ambiente e ecologia.

Nossas principais linhas de ação:

- Contribuir para o fortalecimento das ações da sociedade civil em defesa da cidadania e da democracia.
- Desenvolver uma maior capacidade propositiva das representações da sociedade civil na sua atuação nos espaços públicos de negociação junto a órgãos públicos e governos.
- Construir e aprofundar consensos sobre temas políticos de interesse das ONGs.
- Investir em processos de capacitação e consolidação institucional das ONGs.
- Atuar no espaço público e junto a governos em defesa do reconhecimento e da legitimidade da ação das ONGs enquanto instituições de utilidade pública comprometidas com os interesses da cidadania.
- Valorizar e participar dos espaços e plataformas de trabalhos conjuntos entre ONGs e agências de cooperação na busca de um novo modelo de desenvolvimento e de novas formas de solidariedade que permitam a construção de novos pactos de cooperação.
- Fortalecer as iniciativas de articulação entre associações nacionais e redes de ONGs da América Latina.
- Impulsionar uma política de comunicação que torne públicas as ações da ABONG e de suas associadas.
- Dinamizar a articulação entre a instância nacional e as regionais, assim como apoiar os fóruns regionais e redes temáticas de ONGs como estratégia de fortalecimento da ABONG.

Os critérios para se associar à ABONG são os seguintes:

- Sejam autônomas frente ao Estado, às igrejas, aos partidos políticos e aos movimentos sociais;
- Mantenham compromisso com a constituição de uma sociedade democrática, incluindo o respeito à diversidade e ao pluralismo;
- Tenham caráter público em relação aos seus objetivos e ação;
- Possuam personalidade jurídica própria como sociedade civil sem fins lucrativos;
- Tenham ao menos dois anos de experiência comprovada.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO



Pabx: (011) 7209-1387